



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

23/2026

CONTRATANTE

Contratante: Município de Pedro Avelino/RN – Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais médico-hospitalares, materiais para curativos e correlatos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pedro Avelino/RN, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.261.557,53 (dois milhões e duzentos e sessenta e um mil e quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos)

PERÍODO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

De 21/10/2026, às 09h até 03/11/2026, às 09h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço Global por Lote

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/MEI
SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM
NÃO



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4. ORÇAMENTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	6
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	6
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	9
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	10
8. DA FASE DE JULGAMENTO.....	14
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	16
10. DO TERMO DE CONTRATO	17
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO TERMO DE CONTRATO.....	17
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	18
13. DOS RECURSOS.....	19
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	20
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	22
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	23



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026
Processo Administrativo nº 1093/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) MUNICIPIO DE PEDRO AVELINO, CNPJ 08.294.654/0001-87, por intermédio do Pregoeiro e respectiva equipe de apoio, designados por ato da autoridade competente, sediado(a) Pedro Alves Bezerra, 266, - Centro, na cidade de Pedro Avelino/RN, CEP 59530000, realizará licitação, para Registro de Preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 392/2025 e, subsidiariamente, quando compatível, do Decreto Federal nº 11.462/2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 03/11/2026

Hora Inicial: 09:01

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais médico-hospitalares, materiais para curativos e correlatos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pedro Avelino/RN, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência.

1.2. A licitação será dividida em lote, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. O julgamento ocorrerá pelo menor valor total de cada lote, observados, cumulativamente, os preços máximos unitários de cada item. A apresentação de valor global do lote inferior ao limite estimado não autoriza a manutenção de qualquer preço unitário acima do respectivo valor máximo de referência.

1.4. A presente licitação será processada pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, sendo os quantitativos estimados máximos e as contratações realizadas de acordo com a efetiva necessidade da Administração, sem obrigação de contratação integral dos quantitativos registrados.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS



2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar os interessados previamente credenciados no Portal de Compras Públicas, por meio do endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. A participação nesta licitação será de ampla concorrência, assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte o tratamento favorecido e diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que atendidas as condições legais para fruição dos benefícios. **Os LOTES 02, 05, e 06** serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive Microempreendedor Individual – MEI que se enquadre como microempresa e possua atividade compatível com o objeto, nos termos dos arts. 47 e 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, por possuírem valor total estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

3.6. Não será instituída cota reservada adicional nos demais lotes. A opção decorre da modelagem por lotes tecnicamente homogêneos e correlacionados adotada na fase preparatória, considerando que a subdivisão adicional dos mesmos itens entre cota principal e cota reservada implicaria duplicação de itens, instrumentos de registro, ordens de fornecimento e controles de saldo, com potencial aumento dos custos administrativos e logísticos e prejuízo à gestão coordenada do abastecimento. Fica preservado, nos lotes de ampla concorrência, o tratamento favorecido previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



3.8. Será concedido tratamento favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte e ao Microempreendedor Individual – MEI, nos limites e condições previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.9.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.9.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.9.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.9.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.9.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.9.9. sociedades cooperativas cuja natureza, regime de atuação ou forma de execução seja incompatível com o objeto, ressalvada a participação das cooperativas que comprovem atendimento às condições deste Edital e à legislação aplicável;
- 3.9.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, pelas razões indicadas no subitem seguinte;
- 3.9.11. pessoas físicas que não atuem sob forma empresarial apta a comprovar os requisitos jurídicos, fiscais, sanitários e técnicos exigíveis para o fornecimento dos produtos objeto desta licitação.
- 3.9.12. A vedação à participação de empresas reunidas em consórcio fundamenta-se na natureza comum do objeto, na existência de mercado fornecedor com empresas aptas ao atendimento individual dos lotes e na ausência de complexidade técnica,



operacional ou econômico-financeira que torne necessária a reunião de empresas, preservando-se a competitividade e a adequada responsabilização pelo fornecimento.

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o **item 3.9.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13. A vedação de que trata o **item 3.10** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. ORÇAMENTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação possui caráter público, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. O valor estimado da contratação, bem como as planilhas de quantitativos e preços unitários que o compõem, constam do processo administrativo e serão disponibilizados aos interessados, integrando as informações da fase externa do certame.

4.3. O orçamento estimado foi elaborado com base em pesquisa de preços realizada em conformidade com o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, servindo como parâmetro para a análise da aceitabilidade das propostas e para o julgamento da licitação.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:



5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.5. O licitante que pretenda usufruir do tratamento favorecido deverá declarar, ainda, que no ano-calendário de realização da licitação não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observado o art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.5.1. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, a declaração de não enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte impedirá a fruição dos benefícios legais correspondentes. Nos lotes destinados exclusivamente às ME/EPP/MEI, a condição de enquadramento constitui requisito de participação, de modo que o licitante que declarar não possuir tal condição não poderá disputar esses lotes.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da



Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calandário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 5.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá apresentar proposta contendo o valor unitário de cada item e o valor total do respectivo grupo, conforme a forma de julgamento estabelecida neste Edital, bem como informar a marca e o modelo dos produtos ofertados, quando aplicáveis.

6.1.1. Os valores deverão ser expressos em moeda corrente nacional (Real – R\$), com até duas casas decimais.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação da proposta implica compromisso de fornecer os bens nas especificações, quantidades, prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelos órgãos de controle competentes e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote/grupo, permanecendo vinculados os preços unitários dos itens integrantes.



- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, aplicável tanto aos lances intermediários quanto à proposta que cobrir a melhor oferta, será de R\$ 50,00 (cinquenta reais), adotado como parâmetro operacional do certame, inclusive para os lotes de menor valor, devendo a mesma configuração ser reproduzida no Portal de Compras Públicas.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 7.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).



7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no **item 3.9** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 8.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
- 8.1.3. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço com o valor máximo admitido, observadas a Lei nº 14.133/2021, a regulamentação municipal aplicável e as disposições deste Edital.

8.7. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar, quando solicitado pelo Pregoeiro, proposta readequada ao último lance, contendo os valores unitários de todos os itens, os respectivos totais por item e o valor total do lote, vedado preço unitário superior ao máximo admitido pela Administração e preservada a coerência matemática com o valor global ofertado.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3. apresentar preço cuja inexecutabilidade tenha sido comprovada após a realização de diligência, quando cabível, ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiver sua executabilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração constituirão apenas indício de inexecutabilidade, não autorizando desclassificação automática da proposta.

8.10. A eventual inexecutabilidade somente será reconhecida após diligência do Pregoeiro, assegurada ao licitante a oportunidade de demonstrar a viabilidade econômica de sua proposta, mediante elementos que evidenciem, entre outros aspectos, custos, condições comerciais, ganhos de escala e demais circunstâncias capazes de justificar o preço ofertado.

8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.



8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. Para os bens objeto desta licitação, a análise técnica poderá verificar, quando necessário, a compatibilidade da proposta com as especificações, unidades de fornecimento, marcas e demais requisitos mínimos previstos no Termo de Referência, vedada a exigência de requisito não previsto no instrumento convocatório.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os requisitos e os documentos necessários à habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira e técnica encontram-se definidos no Termo de Referência, **Anexo I deste Edital**, e serão exigidos nos limites dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. A documentação de habilitação será exigida somente do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, após a aceitação da proposta, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas.

9.3. O licitante convocado deverá encaminhar os documentos de habilitação por meio do Portal de Compras Públicas, no prazo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro, admitida prorrogação por igual período, mediante solicitação fundamentada apresentada antes do encerramento do prazo.

9.4. Os documentos poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada, por documento digital ou por meio de registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que válido e suficiente para comprovar a respectiva exigência.

9.5. A verificação realizada pelo Pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais dos órgãos e entidades emissores constituirá meio legal de prova para fins de habilitação.

9.6. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, ainda que contenha alguma restrição.

9.6.1. Havendo restrição na regularidade fiscal ou trabalhista da microempresa ou empresa de pequeno porte declarada vencedora, será assegurado o prazo legal para regularização, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

9.7. Após o envio da documentação, será admitida diligência para complementar informações acerca dos documentos já apresentados, atualizar documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas ou comprovar condição preexistente à abertura do certame, vedada a apresentação posterior de documento destinado a constituir condição de habilitação inexistente naquela data.



9.8. O Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos nem sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos interessados.

9.9. Não atendidas as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, até a apuração de licitante que atenda às condições do Edital e do Termo de Referência.

9.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta tenha sido aceita, após concluída a respectiva análise.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos **itens 10.2 e 10.3** poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO TERMO DE CONTRATO

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e



(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.9. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro.

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação



14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações de menor gravidade previstas neste capítulo, a multa poderá variar de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da obrigação afetada ou, quando não for possível individualizá-la, do valor da contratação correspondente.

14.4.2. Para as infrações de maior gravidade previstas neste capítulo, a multa poderá variar de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da obrigação afetada ou, quando não for possível individualizá-la, do valor da contratação correspondente, observados a proporcionalidade e o devido processo legal.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nas hipóteses e condições previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição



de penalidade mais grave, observados o contraditório, a ampla defesa e a competência do ente federativo.

14.8. Poderá ser aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar nas hipóteses e condições previstas no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021, inclusive quando a gravidade da conduta justificar penalidade superior ao impedimento de licitar e contratar.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará descumprimento total da obrigação assumida e sujeitará o responsável às sanções previstas neste Edital e na Lei Federal nº 14.133/2021, observados o contraditório e a ampla defesa.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para garantia da ampla defesa e do contraditório, as notificações poderão ser encaminhadas por meio do sistema eletrônico da licitação e/ou para os endereços eletrônicos informados pela empresa em sua proposta ou cadastro no Portal de Compras Públicas.

14.15.1. Os endereços eletrônicos informados pela empresa serão considerados válidos para fins de comunicação, cabendo ao licitante mantê-los atualizados.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO



15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. O Edital e seus anexos deverão ser interpretados conjuntamente. Eventual divergência, omissão ou incompatibilidade entre suas disposições deverá ser submetida



ao Pregoeiro, mediante pedido de esclarecimento, cabendo à Administração promover a necessária compatibilização antes da abertura do certame.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E PLANILHAS DE ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇOS MÁXIMOS

16.11.2. ANEXO II – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

16.11.3. ANEXO III – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

16.11.4. ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

16.11.5. ANEXO V – MODELO DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA.

16.11.6. ANEXO VI – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE).

16.11.7. ANEXO VII – MODELO DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE.

16.11.8. ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

16.11.9. ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NO QUADRO DA EMPRESA

16.11.10. ANEXO X – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/XXXX.

16.11.11. ANEXO XI – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

Pedro Avelino/RN, 21 de outubro de 2026

ALESSANDRA MACIEL ALEXANDRE NETO
Secretária Municipal de Saúde



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais médico-hospitalares, materiais para curativos e correlatos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pedro Avelino/RN, para abastecimento das Unidades Básicas de Saúde, Centro de Saúde, serviços de urgência e emergência, sala de procedimentos, programas de assistência à saúde e demais unidades e serviços integrantes da rede municipal de saúde.

1.2. A licitação será realizada por lotes, adotando-se como critério de julgamento o MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, devendo o licitante interessado apresentar proposta para a totalidade dos itens integrantes do lote que pretenda disputar.

1.3. O objeto caracteriza-se como bem comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

LOTE 01 - MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESCARTÁVEIS, DE PROTEÇÃO E USO GERAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VLR UNIT	VLR TOTAL
1	ABAIXADOR DE LÍNGUA, EM MADEIRA, LISA, ISENTA DE REBARBAS, COM SUPERFÍCIE DEVIDAMENTE ACABADA, PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE	80	3,94	315,20
2	AGULHA ACUPUNTURA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:CAPILAR CILÍNDRICA (FILIFORME), ESTERILIDADE:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, TAMANHO:0,25 X 30 MM, TIPO DE CABO:COM CABO, EM ESPIRAL, BAINHA:COM BAINHA PROTETORA, INDIVIDUAL	UNIDADE	2.000,00	0,20	400,00
3	AGULHA ACUPUNTURA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:CAPILAR CILÍNDRICA (FILIFORME), ESTERILIDADE:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, TAMANHO:0,25 X 40 MM, TIPO DE CABO:COM CABO, EM ESPIRAL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:CABO EM AÇO INÓX, BAINHA:COM BAINHA PROTETORA, INDIVIDUAL	UNIDADE	2.000,00	0,18	360,00
4	ÁLCOOL ABSOLUTO P.A. 99,7% 1L	FRASCO	120	8,68	1.041,60
5	ÁLCOOL ETÍLICO 70% (P/P) EM GEL, ANTISSÉPTICO 1 LITRO	FRASCO	650	9,81	6.376,50
6	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70% (P/P) LÍQUIDO 1 LITRO	FRASCO	4.000,00	13,65	54.600,00
7	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL, C/FLOC-GEL PROTETOR, TAMANHO EG	UNIDADE	12.000,00	1,20	14.400,00
8	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL, C/FLOC-GEL PROTETOR, TAMANHO G.	UNIDADE	12.000,00	1,20	14.400,00
9	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL, C/FLOC-GEL PROTETOR, TAMANHO M	UNIDADE	12.000,00	1,20	14.400,00
10	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL, C/FLOC-GEL PROTETOR, TAMANHO P.	UNIDADE	12.000,00	1,25	15.000,00



11	GEL PARA ULTRASSONOGRAFIA/ECG 1L	LITRO	36	6,01	216,36
12	IMOBILIZADOR DE CABEÇA ADULTO (HEAD BLOCK), INDICADO PARA ESTABILIZAÇÃO CERVICAL EM PRANCHA RÍGIDA. CONFECCIONADO EM MATERIAL IMPERMEÁVEL, RESISTENTE E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, COM APOIOS LATERAIS ANATÔMICOS, ABERTURAS AURICULARES E FIXAÇÃO POR TIRAS COM VELCRO. PRODUTO LEVE, REUTILIZÁVEL E REGULARIZADO NA ANVISA.	UNIDADE	10	409,52	4.095,20
13	IMOBILIZADOR DE CABEÇA INFANTIL (HEAD BLOCK), INDICADO PARA ESTABILIZAÇÃO CERVICAL EM PRANCHA RÍGIDA. CONFECCIONADO EM MATERIAL IMPERMEÁVEL, RESISTENTE E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, COM APOIOS LATERAIS ANATÔMICOS, ABERTURAS AURICULARES E FIXAÇÃO POR TIRAS COM VELCRO. PRODUTO LEVE, REUTILIZÁVEL E REGULARIZADO NA ANVISA.	UNIDADE	10	311,73	3.117,30
14	SACO PARA ÓBITO, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, REFORÇADO, SISTEMA DE FECHAMENTO POR ZÍPER FRONTAL, VULCANIZADO OU COSTURADO COM REFORÇO, MATERIAL ATÓXICO, IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A BAIXAS TEMPERATURAS (CÂMARA FRIA). COM ETIQUETAS DE PRONTUÁRIO. TAMANHO: ADULTO (2,10 M X 0,90 M). REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	100	25,05	2.505,00
15	ODOPOVIDONA 10% SOLUÇÃO DEGERMANTE - FRASCO 1 LITRO.	LITRO	150	55,25	8.287,50
16	ODOPOVIDONA 1% SOLUÇÃO TÓPICA-FRASCO 1 LITRO.	FRASCO	120	50,38	6.045,60
17	KIT DE TALAS PARA IMOBILIZAÇÃO, COM ESTRUTURA INTERNA EM ARAME MALEÁVEL E REVESTIMENTO EM EVA, PERMITINDO MOLDAGEM ANATÔMICA. CONJUNTO COM TAMANHOS VARIADOS, INDICADO PARA IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE MEMBROS. PRODUTO LEVE, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL, REUTILIZÁVEL E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ADEQUADA, COM REGULARIZAÇÃO NA ANVISA.	UNIDADE	100	110,35	11.035,00
18	LANCETA ESTÉRIL DESCARTÁVEL PARA PUNÇÃO CAPILAR, COM DISPOSITIVO AUTOMÁTICO DE SEGURANÇA, USO ÚNICO, RETRÁTIL, INDICADA PARA COLETA DE SANGUE CAPILAR PARA TESTE DE GLICEMIA. PRODUTO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, COM MECANISMO DE	UNIDADE	13.000,00	0,04	520,00



	ATIVAÇÃO AUTOMÁTICA E PROTEÇÃO CONTRA REUTILIZAÇÃO, PROFUNDIDADE CONTROLADA, EMBALAGEM INDIVIDUAL				
19	LANTERNA PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO DE ALTA PERFORMANCE, MODELO PORTÁTIL TIPO CANETA. CORPO CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO ANODIZADO OU AÇO INOXIDÁVEL, LEVE E RESISTENTE. ILUMINAÇÃO ATRAVÉS DE LÂMPADA LED DE LUZ BRANCA FRIA OU NEUTRA, DE ALTA INTENSIDADE, QUE PERMITE VISUALIZAÇÃO CLARA SEM DISTORÇÃO DE CORES. POSSUI ACIONAMENTO POR BOTÃO DE PRESSÃO OU ATRAVÉS DO CLIPE DE BOLSO (CONTATO METÁLICO). CLIP DE FIXAÇÃO PARA BOLSO INTEGRADO AO CORPO DO EQUIPAMENTO. ALIMENTAÇÃO POR PILHAS ALCALINAS (TIPO AAA OU AA). PRODUTO COM ACABAMENTO LISO, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO E ALTA DURABILIDADE.	UNIDADE	50	35,00	1.750,00
20	LENÇOL DE PAPEL HOSPITALAR DESCARTÁVEL 50 CM X 50 METROS	ROLO	600	13,51	8.106,00
21	LENÇOL DE PAPEL HOSPITALAR DESCARTÁVEL 70 CM X 50 METROS	ROLO	2.000,00	23,58	47.160,00
22	LENÇOL DESCARTÁVEL HOSPITALAR COM ELÁSTICO, POLIPROPILENO NÃO TECIDO, 90 X 200 CM, USO EM LEITOS	UNIDADE	10.000,00	16,48	164.800,00
23	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, TAMANHO 6,5	PAR	1.550,00	1,13	1.751,50
24	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, TAMANHO 7,0	PAR	4.350,00	1,13	4.915,50
25	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, TAMANHO 7,5	PAR	6.350,00	1,13	7.175,50
26	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, TAMANHO 8,0	PAR	1.000,00	1,13	1.130,00
27	LUVA DESCARTÁVEL DE PROCEDIMENTO, TAMANHO G, NÃO ESTÉRIL, EM LÁTEX, CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	2.300,00	19,73	45.379,00
28	LUVA DESCARTÁVEL DE PROCEDIMENTO, TAMANHO M, NÃO ESTÉRIL, EM LÁTEX, CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	6.000,00	17,65	105.900,00
29	LUVA DESCARTÁVEL DE PROCEDIMENTO, TAMANHO P, NÃO ESTÉRIL, EM LÁTEX, CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	5.000,00	17,64	88.200,00



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

30	MALHA DE PROTEÇÃO PARA USO ORTOPÉDICO, TIPO TUBULAR, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO DE ALTA QUALIDADE. TRAMA MACIA, ABSORVENTE, COM ELASTICIDADE TRANSVERSAL QUE PERMITE AJUSTE AOS CONTORNOS ANATÔMICOS SEM COMPRESSÃO. INDICADA PARA PROTEÇÃO DA PELE SOB GESSO OU BANDAGENS. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 15 METROS DE COMPRIMENTO E 12 CM DE LARGURA. PRODUTO ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO E COM REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	20	39,73	794,60
31	MALHA DE PROTEÇÃO PARA USO ORTOPÉDICO, TIPO TUBULAR, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO DE ALTA QUALIDADE. TRAMA MACIA, ABSORVENTE, COM ELASTICIDADE TRANSVERSAL QUE PERMITE AJUSTE AOS CONTORNOS ANATÔMICOS SEM COMPRESSÃO. INDICADA PARA PROTEÇÃO DA PELE SOB GESSO OU BANDAGENS. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 15 METROS DE COMPRIMENTO E 15 CM DE LARGURA. PRODUTO ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO E COM REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	20	34,33	686,60
32	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM MATERIAL NÃO TECIDO (TNT) DE MÚLTIPLAS CAMADAS, COM ELÁSTICOS AURICULARES E CLIPE NASAL AJUSTÁVEL	CAIXA	1.900,00	25,37	48.203,00
33	MÁSCARA RESPIRATÓRIA N95, DESCARTÁVEL, FILTRAGEM MÍNIMA DE 95%, USO HOSPITALAR, INDIVIDUAL	UNIDADE	600	0,73	438,00
34	TORNEIRA DE 3 VIAS (OU THREE-WAY/DÂNULA) É UM DISPOSITIVO MÉDICO ESTÉRIL, TRANSPARENTE E RÍGIDO, PROJETADO PARA A ADMINISTRAÇÃO SEGURA DE MÚLTIPLAS MEDICAÇÕES OU SOLUÇÕES ATRAVÉS DE UM ÚNICO ACESSO VENOSO.	UNIDADE	200	0,77	154,00
TOTAL DO LOTE 01					683.658,96

LOTE 02 - FIOS DE SUTURA E MATERIAIS PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VLR UNIT	VLR TOTAL
------	-----------	---------	------	----------	-----------



1	CAMPO CIRÚRGICO FENESTRADO, EM TECIDO BRIM PESADO 100% ALGODÃO, GRAMATURA MÍNIMA DE 260 G/M², PADRÃO SARJA 3X1. MEDIDAS 40X40CM COM FENESTRA CENTRAL DE 10CM. COR VERDE BANDEIRA COM TINGIMENTO DE ALTA SOLIDEZ. ACABAMENTO COM BAINHA DUPLA REBATIDA. RESISTENTE A LAVAGEM INDUSTRIAL E AUTOCLAVAÇÃO	UNIDADE	20	2,95	59,00
2	FIO DE SUTURA CIRÚRGICO, ABSORVÍVEL DE ORIGEM NATURAL (COLÁGENO), TIPO CATGUT SIMPLES, ESTÉRIL, CALIBRE 0, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 45 CM, COM AGULHA ATRAUMÁTICA CILÍNDRICA, CURVATURA DE 3/8 DE CÍRCULO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 40 MM, ACONDICIONADO EM ENVELOPE INDIVIDUAL. CAIXA COM 24 UNIDADES	CAIXA	50	3,82	191,00
3	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO 0, ABSORVÍVEL, ESTÉRIL, 75CM, AGULHA CILÍNDRICA 40MM	CAIXA	50	468,78	23.439,00
4	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO 1-0, ABSORVÍVEL, ESTÉRIL, 75CM, AGULHA CILÍNDRICA 40MM	CAIXA	50	338,08	16.904,00
5	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO 2-0, ABSORVÍVEL, ESTÉRIL, 75CM, AGULHA CILÍNDRICA 30-31MM	CAIXA	50	112,28	5.614,00
6	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO 3-0, ABSORVÍVEL, ESTÉRIL, 75CM, AGULHA CILÍNDRICA 30-31MM	CAIXA	50	196,80	9.840,00
7	FIO DE SUTURA CIRÚRGICO, ABSORVÍVEL, TIPO CATGUT SIMPLES, ESTÉRIL, CALIBRE 1-0, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 45 CM, COM AGULHA CORTANTE, CURVATURA DE 3/8 DE CÍRCULO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 40 MM, ACONDICIONADO EM ENVELOPE INDIVIDUAL. CAIXA COM 24 UNIDADES.	CAIXA	50	3,93	196,50
8	FIO DE SUTURA CIRÚRGICO, ABSORVÍVEL, TIPO CATGUT SIMPLES, ESTÉRIL, CALIBRE 2-0, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 45 CM, COM AGULHA CORTANTE, CURVATURA DE 3/8 DE CÍRCULO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 40 MM, ACONDICIONADO EM ENVELOPE INDIVIDUAL. CAIXA COM 24 UNIDADES.	CAIXA	50	3,80	190,00
9	FIO DE SUTURA CIRÚRGICO, ABSORVÍVEL, TIPO CATGUT SIMPLES, ESTÉRIL, CALIBRE 3-0, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 45 CM, COM 3 AGULHAS CORTANTES, INDICADO PARA USO OBSTÉTRICO, ACONDICIONADO EM ENVELOPE INDIVIDUAL. CAIXA COM 12 UNIDADES.	CAIXA	50	4,78	239,00



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

10	FIO DE SUTURA CIRÚRGICO, MONOFILAMENTAR DE POLIAMIDA, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL, CALIBRE 2-0, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 45 CM, COM AGULHA CORTANTE, MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 MM, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL.	CAIXA	15	1,15	17,25
11	FIO DE SUTURA CIRÚRGICO, MONOFILAMENTAR DE POLIAMIDA, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL, CALIBRE 3-0, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 45 CM, COM AGULHA CORTANTE, MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 MM, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL.	CAIXA	15	2,52	37,80
12	FIO DE SUTURA CIRÚRGICO, MONOFILAMENTAR DE POLIAMIDA, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL, CALIBRE 4-0, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 45 CM, COM AGULHA CORTANTE, MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 MM, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL.	CAIXA	15	1,47	22,05
13	FIO DE SUTURA CIRÚRGICO, MONOFILAMENTAR DE POLIAMIDA, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL, CALIBRE 5-0, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 45 CM, COM AGULHA CORTANTE, MEDINDO APROXIMADAMENTE 26 MM, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL.	CAIXA	15	1,47	22,05
14	FIO DE SUTURA CIRÚRGICO, MONOFILAMENTAR SINTÉTICO DE POLIAMIDA (NYLON), NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL, CALIBRE 0, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 45 CM, COM AGULHA CILÍNDRICA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 MM, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL.	CAIXA	15	1,60	24,00
15	FIO DE SUTURA CIRÚRGICO, MULTIFILAMENTAR, TORCIDO, COMPOSTO POR ALGODÃO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL, CALIBRE 0, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 45 CM, COM AGULHA ATRAUMÁTICA, CURVATURA DE 3/8 DE CÍRCULO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 A 40 MM, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL	CAIXA	50	3,05	152,50
16	FIO DE SUTURA CIRÚRGICO, MULTIFILAMENTAR, TORCIDO, COMPOSTO POR ALGODÃO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL, CALIBRE 2-0, COMPRIMENTO	CAIXA	50	2,53	126,50



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

	MÍNIMO DE 45 CM, COM AGULHA ATRAUMÁTICA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 MM, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL				
17	FIO DE SUTURA ALGODÃO 2-0, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL, PRETO, 75CM, SEM AGULHA	CAIXA	50	69,97	3.498,50
18	FIO DE SUTURA ALGODÃO 3-0, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL, PRETO, 75CM, SEM AGULHA	CAIXA	6	87,34	524,04
19	TELA CIRÚRGICA PARA REFORÇO DE PAREDE ABDOMINAL (HÉRNIA), CONFECCIONADA EM MONOFILAMENTOS DE POLIPROPILENO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL. TRAMA DE ALTA POROSIDADE PARA INTEGRAÇÃO TECIDUAL, BIOCOMPATÍVEL E APIROGÊNICA. DIMENSÕES: 15 CM X 15 CM. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	200	60,00	12.000,00
TOTAL DO LOTE 02					73.097,19

LOTE 03 - ACESSO VASCULAR, INFUSÃO, INJEÇÃO E COLETA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VLR UNIT	VLR TOTAL
1	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL, CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL, PAREDE FINA, SILICONIZADA, ESTÉRIL, 20 MM X 0,55 MM.	UNIDADE	10.000,00	0,06	600,00
2	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL, CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL, PAREDE FINA, SILICONIZADA, ESTÉRIL, 25MM X 0,7MM.	UNIDADE	10.000,00	0,06	600,00
3	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL, CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL, PAREDE FINA, SILICONIZADA, ESTÉRIL, 25MM X 0,8MM.	UNIDADE	6.000,00	0,06	360,00
4	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL, CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL, PAREDE FINA, SILICONIZADA, ESTÉRIL, 30MM X 0,8MM.	UNIDADE	3.000,00	0,26	780,00
5	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL, CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL, PAREDE FINA, SILICONIZADA, ESTÉRIL, 40MM X 12,0MM.	UNIDADE	20.000,00	0,06	1.200,00
6	AGULHA INTRADERMICA, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO TRANSLÚCIDO, ATÓXICO, COM GRADUAÇÃO EXTERNA, DESCARTÁVEL PARA INSULINA 13MM X 0,45MM	UNIDADE	15.000,00	0,22	3.300,00
7	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO N.14	UNIDADE	800	0,73	584,00
8	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO N.16	UNIDADE	800	0,71	568,00



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

9	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO N.18	UNIDADE	2.500,00	0,75	1.875,00
10	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO N.20	UNIDADE	8.000,00	0,71	5.680,00
11	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO N.22	UNIDADE	15.000,00	0,72	10.800,00
12	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO N.24	UNIDADE	10.000,00	0,71	7.100,00
13	DISPOSITIVO PARA INFUSÃO INTRAVENOSA TIPO SCALP ESTÉRIL DESCARTÁVEL COM AGULHA SILICONIZADA E ASAS FLEXÍVEIS Nº19	UNIDADE	600	0,17	102,00
14	DISPOSITIVO PARA INFUSÃO INTRAVENOSA TIPO SCALP ESTÉRIL DESCARTÁVEL COM AGULHA SILICONIZADA E ASAS FLEXÍVEIS Nº21	UNIDADE	9.000,00	0,19	1.710,00
15	DISPOSITIVO PARA INFUSÃO INTRAVENOSA TIPO SCALP ESTÉRIL DESCARTÁVEL COM AGULHA SILICONIZADA E ASAS FLEXÍVEIS Nº23	UNIDADE	20.000,00	0,17	3.400,00
16	DISPOSITIVO PARA INFUSÃO INTRAVENOSA TIPO SCALP ESTÉRIL DESCARTÁVEL COM AGULHA SILICONIZADA E ASAS FLEXÍVEIS Nº25	UNIDADE	3.000,00	0,17	510,00
17	DISPOSITIVO PARA INFUSÃO INTRAVENOSA TIPO SCALP ESTÉRIL DESCARTÁVEL COM AGULHA SILICONIZADA E ASAS FLEXÍVEIS Nº27	UNIDADE	1.000,00	0,17	170,00
18	EQUIPO EXTENSOR DE DUAS OU MAIS VIAS (MULTIVIAS/ POLIFIX), UTILIZADO NA ÁREA DA SAÚDE PARA AUMENTAR E PROLONGAR O ACESSO VENOSO PERIFÉRICO	UNIDADE	1.600,00	0,47	752,00
19	EQUIPO FOTOSSENSÍVEL BOMBA DE INFUSÃO MINDRAY VP3	UNIDADE	100	2,99	299,00
20	EQUIPO PARA INFUSÃO INTRAVENOSA MICROGOTAS, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	UNIDADE	1.200,00	1,33	1.596,00
21	EQUIPO PARA INFUSÃO INTRAVENOSA TIPO MACROGOTAS, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONFECCIONADO EM PVC TRANSPARENTE E ATÓXICO, COM CÂMARA GOTEJADORA FLEXÍVEL (APROXIMADAMENTE 20 GOTAS/ML), TUBO COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 1,5 M, PINÇA ROLETE PARA CONTROLE DE FLUXO, INJETOR LATERAL COM MEMBRANA AUTOCICATRIZANTE PARA ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS, CONECTOR LUER LOCK OU LUER SLIP, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	30.000,00	0,84	25.200,00
22	GARROTE DESCARTÁVEL 45CM COLETA SANGUE ROLO SEM LATEX	UNIDADE	20	23,89	477,80
23	SERINGA POLIPROPILENO, 60 ML, BICO CENTRAL LUER SLIP, ÊMBOLO DE BORRACHA, GRADUADA, NUMERADA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	500	0,33	165,00



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

24	SERINGA, POLIPROPILENO, 1 ML, BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, ÊMBOLO DE BORRACHA, GRADUADA (ESCALA ML), NUMERADA, C/ AGULHA 26 G X 1/2', ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	25.000,00	0,17	4.250,00
25	SERINGA, POLIPROPILENO, 10 ML, BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, ÊMBOLO DE BORRACHA, GRADUADA, NUMERADA, C/ AGULHA 22 G X 1, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	50.300,00	0,25	12.575,00
26	SERINGA, POLIPROPILENO, 20 ML, BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, ÊMBOLO DE BORRACHA, GRADUADA, NUMERADA, C/ AGULHA 18 G X 1 1/2', C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR,32, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	40.000,00	0,33	13.200,00
27	SERINGA, POLIPROPILENO, 3 ML, BICO CENTRAL LUER LOCK, ÊMBOLO DE BORRACHA, GRADUADA, NUMERADA, C/ AGULHA 22 G X 1, C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR,32, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	45.000,00	0,12	5.400,00
28	SERINGA, POLIPROPILENO, 5 ML, BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, ÊMBOLO DE BORRACHA, GRADUADA, NUMERADA, C/ AGULHA 22 G X 1, C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR,32, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	40.300,00	0,15	6.045,00
TOTAL DO LOTE 03					109.298,80

LOTE 04 - OXIGENOTERAPIA, INALAÇÃO, ANESTESIA E VIAS AÉREAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VLR UNIT	VLR TOTAL
1	AMBU, OU RESSUSCITADOR MANUAL ADULTO. É UM DISPOSITIVO PORTÁTIL DE VENTILAÇÃO, COMUMENTE CHAMADO DE BOLSA-VÁLVULA-MÁSCARA (BVM)	UNIDADE	5	99,91	499,55
2	AMBU, OU RESSUSCITADOR MANUAL INFANTIL. É UM DISPOSITIVO PORTÁTIL DE VENTILAÇÃO, COMUMENTE CHAMADO DE BOLSA-VÁLVULA-MÁSCARA (BVM)	UNIDADE	5	103,89	519,45
3	AMBU, OU RESSUSCITADOR MANUAL PEDIÁTRICO. É UM DISPOSITIVO PORTÁTIL DE VENTILAÇÃO, COMUMENTE CHAMADO DE BOLSA-VÁLVULA-MÁSCARA (BVM)	UNIDADE	5	120,58	602,90
4	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA, METAL 4MM, MANDRIL COM GUIA, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	120	110,66	13.279,20
5	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA, METAL 6M, MANDRIL COM GUIA, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	120	113,01	13.561,20



6	CÂNULA OROFARÍNGEA, POLIURETANO FLEXÍVEL, N 2 GUEDEL, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL	UNIDADE	100	2,32	232,00
7	CÂNULA OROFARÍNGEA, POLIURETANO FLEXÍVEL, N 3 GUEDEL, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL	UNIDADE	100	1,47	147,00
8	CÂNULA OROFARÍNGEA, POLIURETANO FLEXÍVEL, Nº4, GUEDEL, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL	UNIDADE	120	3,00	360,00
9	CÂNULA OROFARÍNGEA, POLIURETANO FLEXÍVEL, Nº5, GUEDEL, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL	UNIDADE	120	1,38	165,60
10	CATETER NASAL PARA OXIGENOTERAPIA TIPO ÓCULOS, ADULTO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONFECCIONADO EM PVC ATÓXICO E TRANSPARENTE, COM DUAS CÂNULAS NASAIS MACIAS, TUBO FLEXÍVEL COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 2,0 METROS, CONECTOR UNIVERSAL PARA FONTE DE OXIGÊNIO, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	1.000,00	1,94	1.940,00
11	CATETER NASAL TIPO ÓCULOS (CÂNULA NASAL) PARA OXIGENOTERAPIA, INDICADO PARA USO PEDIÁTRICO/INFANTIL, CONFECCIONADO EM PVC ATÓXICO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, COM SUPERFÍCIE LISA, NÃO IRRITANTE, COM DUAS OLIVAS ANATÔMICAS MACIAS QUE SE AJUSTAM ÀS NARINAS, PROPORCIONANDO CONFORTO AO PACIENTE. POSSUI TUBO EXTENSOR DE COMPRIMENTO MÍNIMO DE 1,5 METROS, COM CONECTOR UNIVERSAL COMPATÍVEL COM FONTES DE OXIGÊNIO. PRODUTO DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO, ESTÉRIL OU NÃO ESTÉRIL CONFORME ESPECIFICAÇÃO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, COM IDENTIFICAÇÃO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. DEVE POSSUIR REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO NA ANVISA	UNIDADE	2.500,00	12,90	32.250,00
12	CIRCUITO PARA ANESTESIA INALATÓRIA, SISTEMA BARAKA, AUTOCLAVÁVEL, COM BALÃO DE SILICONE E VÁLVULA UNIDIRECIONAL, COMPATÍVEL COM O CARRO DE ANESTESIA	UNIDADE	5	314,86	1.574,30
13	CIRCUITO PARA ANESTESIA INALATÓRIA, SISTEMA BARAKA, AUTOCLAVE, COM BALÃO DE SILICONE E VÁLVULA UNIDIRECIONAL, COMPATÍVEL COM O CARRO DE ANESTESIA ADULTO	UNIDADE	5	81,33	406,65



14	COMPONENTE AUXILIAR PARA MARCHA EM APARELHOS GESSADOS (SALTO ORTOPEDICO), MODELO TAMANHO G (GRANDE). CONFECCIONADO EM BORRACHA NATURAL OU SINTÉTICA DE ALTA DENSIDADE, REFORÇADA PARA SUPORTAR MAIOR CARGA. BASE INFERIOR COM FRISOS ANTIDERRAPANTES DE ALTA PERFORMANCE. DESIGN ERGONÔMICO COM ABAS LATERAIS PARA TRAVAMENTO SEGURO NO GESSO. RESISTENTE A SUCESSIVOS IMPACTOS DURANTE A DEAMBULAÇÃO. PRODUTO COM REGISTRO NA ANVISA.	UNIDADE	60	4,05	243,00
15	ESPAÇADOR PARA INALAÇÃO DE MEDICAMENTOS EM AEROSSOL (TIPO BOMBINHA), MODELO ADULTO. CONFECCIONADO EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO RÍGIDO, ATOXICO E ANTIESTÁTICO, COM CORPO TRANSPARENTE PARA VISUALIZAÇÃO DA NÉVOA. POSSUI FORMATO ANATÔMICO E SISTEMA DE VÁLVULA DUPLA (INSPIRAÇÃO E EXPIRAÇÃO) EM SILICONE, QUE IMPEDE A REINALAÇÃO. EQUIPADO COM MÁSCARA DE TAMANHO ADULTO, FABRICADA EM MATERIAL MACIO (SILICONE OU PVC MÉDICO), COM VEDAÇÃO TOTAL E AJUSTE ANATÔMICO AO ROSTO. ADAPTADOR UNIVERSAL COMPATÍVEL COM TODOS OS FORMATOS DE INALADORES DE DOSE MEDIDA (BOMBINHAS) DO MERCADO. TOTALMENTE DESMONTÁVEL PARA HIGIENIZAÇÃO. REGISTRO VIGENTE NA ANVISA	UNIDADE	50	26,02	1.301,00
16	ESPAÇADOR PARA INALAÇÃO DE MEDICAMENTOS EM AEROSSOL (TIPO BOMBINHA), MODELO INFANTIL/PEDIÁTRICO. CONFECCIONADO EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO RÍGIDO, ATOXICO E ANTIESTÁTICO, COM CORPO TRANSPARENTE. POSSUI FORMATO ANATÔMICO E SISTEMA DE VÁLVULA DUPLA DE ALTA SENSIBILIDADE, ADEQUADA AO BAIXO FLUXO INSPIRATÓRIO DA CRIANÇA. EQUIPADO COM MÁSCARA DE TAMANHO PEDIÁTRICO, EM MATERIAL MACIO E MALEÁVEL, QUE PROPORCIONA VEDAÇÃO EFICIENTE E CONFORTO. ADAPTADOR UNIVERSAL FLEXÍVEL COMPATÍVEL COM DIVERSOS INALADORES DE DOSE MEDIDA. PRODUTO LIVRE DE LÁTEX (LATEX FREE) E DE FÁCIL LIMPEZA. REGISTRO VIGENTE NA ANVISA	UNIDADE	50	26,02	1.301,00



17	FIO GUIA O COMPOSTO DE UMA VARETA DE ALUMÍNIO REVESTIDA COM UMA BAINHA DE PLÁSTICO (PEBD POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE). UTILIZADO PARA FACILITAR A INTUBAÇÃO ORAL DA TRAQUEIA.	UNIDADE	5	152,00	760,00
18	FIO GUIA O ESTILETE BOUGIE PARA INTUBAÇÃO É UM DISPOSITIVO ESTÉRIL DE USO ÚNICO COMPOSTO POR UM TUBO DE PVC (CLORETO DE POLIVINILA) NO MODELO MACIÇO.UTILIZADO PARA FACILITAR A INTUBAÇÃO ORAL DA TRAQUEIA.	UNIDADE	5	24,56	122,80
19	FIXADOR DE TUBO ENDOTRAQUEAL ADULTO, FIXADOR INDICADO PARA TUBO OROTRAQUEAL CONFECCIONADO EM MATERIAL MACIO, ATÓXICO E ANTIALÉRGICO.	UNIDADE	50	21,53	1.076,50
20	MASCARA COM RESERVATÓRIO ALTA CONCENTRAÇÃO ADULTO	UNIDADE	20	13,28	265,60
21	MASCARA COM RESERVATÓRIO ALTA CONCENTRAÇÃO PEDIATRIA	UNIDADE	20	7,42	148,40
22	MÁSCARA DE VENTURI DE OXIGÊNIO TAMANHO ADULTO	UNIDADE	20	8,24	164,80
23	MÁSCARA DE VENTURI DE OXIGÊNIO TAMANHO INFANTIL	UNIDADE	20	11,26	225,20
24	MÁSCARA DE VENTURI DE OXIGÊNIO TAMANHO PEDIATRICO	UNIDADE	20	11,61	232,20
25	MÁSCARA LARÍNGEA TAMAHNHO 1. É UM DISPOSITIVO SUPRAGLÓTICO DE MANEJO DE VIAS AÉREAS USADO EM ANESTESIA E REANIMAÇÃO PARA VENTILAÇÃO TEMPORÁRIA. CONSISTE EM UM TUBO UNIDO A UMA MÁSCARA ELÍPTICA COM MANGUITO (CUFF) INFLÁVEL.	UNIDADE	10	11,91	119,10
26	MÁSCARA LARÍNGEA TAMAHNHO 2. É UM DISPOSITIVO SUPRAGLÓTICO DE MANEJO DE VIAS AÉREAS USADO EM ANESTESIA E REANIMAÇÃO PARA VENTILAÇÃO TEMPORÁRIA. CONSISTE EM UM TUBO UNIDO A UMA MÁSCARA ELÍPTICA COM MANGUITO (CUFF) INFLÁVEL.	UNIDADE	10	11,91	119,10
27	MÁSCARA LARÍNGEA TAMAHNHO 3. É UM DISPOSITIVO SUPRAGLÓTICO DE MANEJO DE VIAS AÉREAS USADO EM ANESTESIA E REANIMAÇÃO PARA VENTILAÇÃO TEMPORÁRIA. CONSISTE EM UM TUBO UNIDO A UMA MÁSCARA ELÍPTICA COM MANGUITO (CUFF) INFLÁVEL.	UNIDADE	10	12,91	129,10
28	MÁSCARA LARÍNGEA TAMAHNHO 4. É UM DISPOSITIVO SUPRAGLÓTICO DE MANEJO DE VIAS AÉREAS USADO EM ANESTESIA E REANIMAÇÃO PARA VENTILAÇÃO TEMPORÁRIA. CONSISTE EM UM TUBO	UNIDADE	10	12,91	129,10



	UNIDO A UMA MÁSCARA ELÍPTICA COM MANGUITO (CUFF) INFLÁVEL.				
29	MÁSCARA LARÍNGEA TAMAHNHO 5. É UM DISPOSITIVO SUPRAGLÓTICO DE MANEJO DE VIAS AÉREAS USADO EM ANESTESIA E REANIMAÇÃO PARA VENTILAÇÃO TEMPORÁRIA. CONSISTE EM UM TUBO UNIDO A UMA MÁSCARA ELÍPTICA COM MANGUITO (CUFF) INFLÁVEL.	UNIDADE	10	12,91	129,10
30	TUBO DE SILICONE 10 X 6 TRANSLÚCIDO 203 COM 10 METROS	UNIDADE	5	150,55	752,75
31	TUBO ENDOTRAQUEAL, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, 3,5 MM, CONECTOR PADRÃO GRADUADO, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	150	17,88	2.682,00
32	TUBO ENDOTRAQUEAL, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, 3,5 MM, CONECTOR PADRÃO GRADUADO, SEM BALÃO (CUFFLESS), MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	150	2,50	375,00
33	TUBO ENDOTRAQUEAL, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, 4,0 MM, CONECTOR PADRÃO GRADUADO, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	150	17,88	2.682,00
34	TUBO ENDOTRAQUEAL, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, 4,0 MM, CONECTOR PADRÃO GRADUADO, SEM BALÃO (CUFFLESS), MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	150	2,50	375,00
35	TUBO ENDOTRAQUEAL, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, 4,5 MM, CONECTOR PADRÃO GRADUADO, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	150	17,88	2.682,00
36	TUBO ENDOTRAQUEAL, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, 4,5 MM, CONECTOR PADRÃO GRADUADO, SEM BALÃO (CUFFLESS), MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	150	7,81	1.171,50
37	TUBO ENDOTRAQUEAL, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, 5,0 MM, CONECTOR PADRÃO GRADUADO, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL,	UNIDADE	150	17,88	2.682,00



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

	ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL				
38	TUBO ENDOTRAQUEAL, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, 5,0 MM, CONECTOR PADRÃO GRADUADO, SEM BALÃO (CUFFLESS), MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	150	2,50	375,00
39	TUBO ENDOTRAQUEAL, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, 6,0 MM, CONECTOR PADRÃO GRADUADO, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	150	9,38	1.407,00
40	TUBO ENDOTRAQUEAL, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, 6,0 MM, CONECTOR PADRÃO GRADUADO, SEM BALÃO (CUFFLESS), MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	150	2,50	375,00
41	TUBO ENDOTRAQUEAL, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, 6,5 MM, CONECTOR PADRÃO GRADUADO, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	150	2,50	375,00
42	TUBO ENDOTRAQUEAL, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, 6,5 MM, CONECTOR PADRÃO GRADUADO, SEM BALÃO (CUFFLESS), MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	150	6,54	981,00
43	TUBO ENDOTRAQUEAL, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, 7,0 MM, CONECTOR PADRÃO GRADUADO, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	150	17,88	2.682,00
44	TUBO ENDOTRAQUEAL, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, 7,0 MM, CONECTOR PADRÃO GRADUADO, SEM BALÃO (CUFFLESS), MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	150	5,04	756,00
45	TUBO ENDOTRAQUEAL, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, 7,5 MM, CONECTOR PADRÃO GRADUADO, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	150	17,88	2.682,00



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

46	TUBO ENDOTRAQUEAL, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, 7,5 MM, CONECTOR PADRÃO GRADUADO, SEM BALÃO (CUFFLESS), MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	150	3,92	588,00
47	TUBO ENDOTRAQUEAL, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, 8,0 MM, CONECTOR PADRÃO GRADUADO, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	150	2,50	375,00
48	TUBO ENDOTRAQUEAL, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, 8,0 MM, CONECTOR PADRÃO GRADUADO, SEM BALÃO (CUFFLESS), MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	150	4,57	685,50
49	TUBO ENDOTRAQUEAL, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, 8,5 MM, CONECTOR PADRÃO GRADUADO, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	150	17,88	2.682,00
50	TUBO ENDOTRAQUEAL, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, 8,5 MM, CONECTOR PADRÃO GRADUADO, SEM BALÃO (CUFFLESS), MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	150	5,96	894,00
51	TUBO ENDOTRAQUEAL, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, 9,0 MM, CONECTOR PADRÃO GRADUADO, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	150	2,60	390,00
52	TUBO ENDOTRAQUEAL, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, 9,0 MM, CONECTOR PADRÃO GRADUADO, SEM BALÃO (CUFFLESS), MARCADOR RADIOPACO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	150	4,27	640,50
53	COPO UMIDIFICADOR PARA OXIGENIO COM EXTENSÃO E CONEXÃO UNIVERSAL	UNIDADE	50	10,26	513,00
54	UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO COM CAPACIDADE PARA 250ML INDICADO PARA UMIDIFICAÇÃO DE GASES MEDICINAIS CONCENTRADO EM MATERIAL RESISTENTE TRANSPARENTE DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO COM SISTEMA DE CONEXÃO PARA OXIGÊNIO E EXTENSÃO ACOPLADA. PRODUTO DE USO HOSPITALAR REUTILIZÁVEL ACONDICIONADO EM EMBALAGEM	UNIDADE	20	38,40	768,00



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

	ADEQUADA E COM REGULAÇÃO ADEQUADA NA ANVISA				
TOTAL DO LOTE 04					102.575,10
LOTE 05 - SONDAGEM, DRENAGEM, OSTOMIA E ELIMINAÇÕES					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VLR UNIT	VLR TOTAL
1	BOLSA COLETORA DE URINA SISTEMA FECHADO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CAPACIDADE APROXIMADA DE 2000 ML, CONFECCIONADA EM PVC TRANSPARENTE, GRADUADA, COM TUBO EXTENSOR, PINÇA CORTA-FLUXO, VÁLVULA ANTIRREFLUXO, FILTRO DE AR HIDROFÓBICO, PONTO PARA COLETA DE AMOSTRA, CONECTOR UNIVERSAL PARA Sonda VESICAL, SUPORTE PARA FIXAÇÃO E DRENO INFERIOR COM VÁLVULA DE ESCOAMENTO, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	2.000,00	2,51	5.020,00
2	BOLSA DE COLOSTOMIA ADULTO, SISTEMA DE UMA PEÇA, DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL. CONFECCIONADA EM MATERIAL PLÁSTICO, ATÓXICO, TRANSPARENTE E COM BARREIRA ANTIODOR. FURO INICIAL DE 30MM (OU RECORTÁVEL DE 13MM A 70MM PARA MAIOR VERSATILIDADE). BASE ADESIVA HIPOALERGÊNICA COMPOSTA POR HIDROCOLOIDE, GARANTINDO PROTEÇÃO À PELE PERIESTOMA E ADERÊNCIA SEGURA. CAPACIDADE APROXIMADA DE 200ML A 500ML.	UNIDADE	300	13,15	3.945,00
3	BOLSA DE COLOSTOMIA DRENÁVEL, 60MM, DESCARTÁVEL, 1 PEÇA, TRANSPARENTE, COM ADESIVO HIDROCOLOIDE HIPOALERGÊNICO, FECHAMENTO POR VELCRO INTEGRADO, COM TELA MACIA, PACOTE COM 10 UNIDADES."	UNIDADE	300	47,82	14.346,00
4	BOLSA PARA COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA, SISTEMA DE 01 PEÇA, DRENÁVEL, OPACA. CONFECCIONADA EM FILME MULTICAMADAS SILENCIOSO E ANTI-ODOR. COM PLACA ADESIVA HIDROCOLOIDE E PROTETORA DE PELE. DIÂMETRO DE RECORTE/FLANGE DE 60MM. POSSUINDO FILTRO DE CARVÃO ATIVADO E FECHAMENTO SEGURO. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	300	11,36	3.408,00



5	COLETOR DE URINA , PLÁSTICO; SISTEMA ABERTO, INFANTIL, CERCA DE 100 ML, ADESIVO HIPOALERGÊNICO, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	1.000,00	0,43	430,00
6	COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO 2000 ML, TIPO SACO, DESCARTÁVEL	UNIDADE	2.000,00	2,78	5.560,00
7	DRENO DE PENROSE SEM GAZE ESTÉRIL Nº 01 - 20MM	UNIDADE	10	3,19	31,90
8	DRENO DE PENROSE SEM GAZE ESTÉRIL Nº 02 -40MM	UNIDADE	10	4,67	46,70
9	DRENO DE PENROSE SEM GAZE ESTÉRIL Nº 03- 60MM	UNIDADE	10	5,28	52,80
10	DRENO DE SUÇÃO CONTÍNUA POR PRESSÃO NEGATIVA, SISTEMA FECHADO, COMPOSTO POR RESERVATÓRIO TIPO SANFONADO EM POLIETILENO COM CAPACIDADE DE 500ML (OU A VOLUMETRIA DESEJADA), CONECTOR EM 'Y' (2 VIAS), DRENO DE SUÇÃO EM PVC OU SILICONE DE 3,2 MM (1/8"), MULTIPERFURADO, COM AGULHA EM AÇO INOXIDÁVEL CIRÚRGICO. PRODUTO ESTÉRIL, ATÓXICO, APIROGÊNICO E DE USO ÚNICO	UNIDADE	5	17,77	88,85
11	DRENO DE SUÇÃO POR PRESSÃO NEGATIVA, SISTEMA FECHADO, COMPOSTO POR RESERVATÓRIO TIPO SANFONA EM POLIETILENO COM CAPACIDADE DE 500ML (OU A VOLUMETRIA DESEJADA), CONECTOR EM "Y" (DUAS VIAS), DRENO DE SUÇÃO EM PVC OU SILICONE DE 4,8MM (3/16/), MULTI PERFORADO, COM AGULHA EM AÇO INOXIDÁVEL CIRÚRGICO. PRODUTO ESTERIL, ATOXICO E APIROGENICO	UNIDADE	5	17,77	88,85
12	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 08, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM MATERIAL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE E ATÓXICO. POSSUI ORIFÍCIOS LATERAIS E CONECTOR PARA SISTEMA DE SUÇÃO. INDICADA PARA ASPIRAÇÃO DE VIAS AÉREAS. PRODUTO DE USO ÚNICO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E COM REGULARIZAÇÃO NA ANVISA.	UNIDADE	600	0,80	480,00
13	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 12, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM MATERIAL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE E ATÓXICO. POSSUI ORIFÍCIOS LATERAIS E CONECTOR PARA SISTEMA DE SUÇÃO. INDICADA PARA ASPIRAÇÃO DE VIAS AÉREAS. PRODUTO DE USO ÚNICO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E COM	UNIDADE	600	0,80	480,00



	REGULARIZAÇÃO NA ANVISA.				
14	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 16, CONFECCIONADA EM MATERIAL FLEXÍVEL, ATÓXICO E TRANSPARENTE, COM EXTREMIDADE DISTAL ARREDONDADA E ORIFÍCIOS LATERAIS. INDICADA PARA DRENAGEM, ADMINISTRAÇÃO DE DIETA OU MEDICAMENTOS. PRODUTO DESCARTÁVEL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E COM REGULARIZAÇÃO NA ANVISA.	UNIDADE	100	0,83	83,00
15	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA, CALIBRE Nº 04 (FR 04), CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO, FLEXÍVEL E TRANSPARENTE, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, COM PONTA ARREDONDADA, ORIFÍCIOS LATERAIS, GRADUADA AO LONGO DO CORPO PARA CONTROLE DE PROFUNDIDADE, CONECTOR UNIVERSAL, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 100 A 120 CM, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRI	UNIDADE	200	0,59	118,00
16	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA, CALIBRE Nº 08 (FR 08), CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO, FLEXÍVEL E TRANSPARENTE, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, COM PONTA ARREDONDADA, ORIFÍCIOS LATERAIS, GRADUADA AO LONGO DO CORPO PARA CONTROLE DE PROFUNDIDADE, CONECTOR UNIVERSAL, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 100 A 120 CM, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRI	UNIDADE	200	0,84	168,00
17	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA, CALIBRE Nº 10 (FR 10), CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO, FLEXÍVEL E TRANSPARENTE, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, COM PONTA ARREDONDADA, ORIFÍCIOS LATERAIS, GRADUADA AO LONGO DO CORPO PARA CONTROLE DE PROFUNDIDADE, CONECTOR UNIVERSAL, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 100 A 120 CM, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRI	UNIDADE	200	0,94	188,00



18	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA, CALIBRE Nº 14 (FR 14), CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO, FLEXÍVEL E TRANSPARENTE, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, COM PONTA ARREDONDADA, ORIFÍCIOS LATERAIS, GRADUADA AO LONGO DO CORPO PARA CONTROLE DE PROFUNDIDADE, CONECTOR UNIVERSAL, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 100 A 120 CM, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRI	UNIDADE	200	0,80	160,00
19	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA, CALIBRE Nº 20 (FR 20), CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO, FLEXÍVEL E TRANSPARENTE, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, COM PONTA ARREDONDADA, ORIFÍCIOS LATERAIS, GRADUADA AO LONGO DO CORPO PARA CONTROLE DE PROFUNDIDADE, CONECTOR UNIVERSAL, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 100 A 120 CM, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL	UNIDADE	200	1,30	260,00
20	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA, CALIBRE Nº 12 (FR 12), CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO, FLEXÍVEL E TRANSPARENTE, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, COM PONTA ARREDONDADA, ORIFÍCIOS LATERAIS, GRADUADA AO LONGO DO CORPO PARA CONTROLE DE PROFUNDIDADE, CONECTOR UNIVERSAL, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 100 A 120 CM, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRI	UNIDADE	200	1,03	206,00
21	SONDA PARA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 06 (FR 6), CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO, FLEXÍVEL E TRANSPARENTE, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, COM PONTA ARREDONDADA E DOIS ORIFÍCIOS LATERAIS, CONECTOR UNIVERSAL PARA ADAPTAÇÃO AO SISTEMA DE ASPIRAÇÃO, GRADUADA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL	UNIDADE	600	0,79	474,00
22	SONDA TRATO URINÁRIO, URETRAL, SILICONE, 10 FRENCH, CONECTOR PADRÃO, CERCA 40 CM, PONTA DISTAL CILÍNDRICA C/ ORIFÍCIO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	200	1,34	268,00
23	SONDA TRATO URINÁRIO, URETRAL, SILICONE, 24 FRENCH, CONECTOR PADRÃO, CERCA 40 CM, PONTA DISTAL CILÍNDRICA C/ ORIFÍCIO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	200	1,55	310,00



24	SONDA TRATO URINÁRIO, URETRAL, SILICONE, 8 FRENCH, CONECTOR PADRÃO, CERCA 40 CM, PONTA DISTAL CILÍNDRICA C/ ORIFÍCIO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	200	0,50	100,00
25	SONDA VESICAL DE DEMORA TIPO FOLEY 3 VIAS, PARA DRENAR URINA, INSUFLAR BALÃO DE FIXAÇÃO E REALIZAR IRRIGAÇÃO VESICAL CONTÍNUA (LAVAGEM)	UNIDADE	100	19,33	1.933,00
26	SONDA VESICAL DE DEMORA TIPO FOLEY, 2 VIAS, CALIBRE Nº 10 (FR 10), CONFECCIONADA EM LÁTEX SILICONIZADO OU SILICONE 100% (CONFORME PADRÃO ADOTADO), ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, COM BALÃO RESISTENTE PARA INSUFLAÇÃO (CAPACIDADE APROXIMADA DE 3 A 5 ML PARA CALIBRE PEDIÁTRICO, CONFORME FABRICANTE), PONTA ARREDONDADA, COM ORIFÍCIOS LATERAIS, CONECTOR UNIVERSAL, GRADUADA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL	UNIDADE	100	4,15	415,00
27	SONDA VESICAL DE DEMORA TIPO FOLEY, 2 VIAS, CALIBRE Nº 16 (FR 16), CONFECCIONADA EM LÁTEX SILICONIZADO OU SILICONE 100% (CONFORME PADRÃO ADOTADO), ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, COM BALÃO RESISTENTE PARA INSUFLAÇÃO (CAPACIDADE APROXIMADA DE 3 A 5 ML PARA CALIBRE PEDIÁTRICO, CONFORME FABRICANTE), PONTA ARREDONDADA, COM ORIFÍCIOS LATERAIS, CONECTOR UNIVERSAL, GRADUADA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL	UNIDADE	400	2,75	1.100,00
28	SONDA VESICAL DE DEMORA TIPO FOLEY, 2 VIAS, CALIBRE Nº 18 (FR 18), CONFECCIONADA EM LÁTEX SILICONIZADO OU SILICONE 100% (CONFORME PADRÃO ADOTADO), ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, COM BALÃO RESISTENTE PARA INSUFLAÇÃO (CAPACIDADE APROXIMADA DE 3 A 5 ML PARA CALIBRE PEDIÁTRICO, CONFORME FABRICANTE), PONTA ARREDONDADA, COM ORIFÍCIOS LATERAIS, CONECTOR UNIVERSAL, GRADUADA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL	UNIDADE	600	2,75	1.650,00



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

29	SONDA VESICAL DE DEMORA TIPO FOLEY, 2 VIAS, CALIBRE Nº 20 (FR 20), CONFECCIONADA EM LÁTEX SILICONIZADO OU SILICONE 100% (CONFORME PADRÃO ADOTADO), ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, COM BALÃO RESISTENTE PARA INSUFLAÇÃO (CAPACIDADE APROXIMADA DE 3 A 5 ML PARA CALIBRE PEDIÁTRICO, CONFORME FABRICANTE), PONTA ARREDONDADA, COM ORIFÍCIOS LATERAIS, CONECTOR UNIVERSAL, GRADUADA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL	UNIDADE	600	2,75	1.650,00
30	SONDA VESICAL DE DEMORA TIPO FOLEY, 2 VIAS, CALIBRE Nº 22 (FR 22), CONFECCIONADA EM LÁTEX SILICONIZADO OU SILICONE 100% (CONFORME PADRÃO ADOTADO), ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, COM BALÃO RESISTENTE PARA INSUFLAÇÃO (CAPACIDADE APROXIMADA DE 3 A 5 ML PARA CALIBRE PEDIÁTRICO, CONFORME FABRICANTE), PONTA ARREDONDADA, COM ORIFÍCIOS LATERAIS, CONECTOR UNIVERSAL, GRADUADA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL	UNIDADE	600	2,75	1.650,00
31	SONDA VESICAL DE DEMORA TIPO FOLEY, 2 VIAS, CALIBRE Nº 24(FR 24), CONFECCIONADA EM LÁTEX SILICONIZADO OU SILICONE 100% (CONFORME PADRÃO ADOTADO), ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, COM BALÃO RESISTENTE PARA INSUFLAÇÃO (CAPACIDADE APROXIMADA DE 3 A 5 ML PARA CALIBRE PEDIÁTRICO, CONFORME FABRICANTE), PONTA ARREDONDADA, COM ORIFÍCIOS LATERAIS, CONECTOR UNIVERSAL, GRADUADA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL	UNIDADE	200	2,41	482,00
TOTAL DO LOTE 05					45.193,10

LOTE 06 - GINECOLOGIA, DIAGNÓSTICO E COLETA DE EXAMES

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VLR UNIT	VLR TOTAL
1	ESCOVA CERVICAL GINECOLÓGICA DESCARTÁVEL PARA COLETA DE CITOLOGIA ONCÓTICA	UNIDADE	2.400,00	0,24	576,00
2	ESPÁTULA DE AYRES EM MADEIRA, LISA, ISENTA DE REBARBAS, COM SUPERFÍCIE DEVIDAMENTE ACABADA	UNIDADE	500	9,56	4.780,00
3	ESPÉCULO GINECOLÓGICO, NÃO ESTÉRIL, ATÓXICO, APIROGÊNICO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, TAMANHO G.	UNIDADE	2.500,00	1,48	3.700,00



4	ESPÉCULO GINECOLÓGICO, NÃO ESTÉRIL, ATÓXICO, APIROGÊNICO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, TAMANHO M.	UNIDADE	2.500,00	1,14	2.850,00
5	ESPÉCULO GINECOLÓGICO, NÃO ESTÉRIL, ATÓXICO, APIROGÊNICO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, TAMANHO P.	UNIDADE	2.500,00	1,16	2.900,00
6	COLETOR UNIVERSAL ESTÉRIL COM TAMPA ROSQUEÁVEL, CAPACIDADE 80ML	UNIDADE	6.000,00	0,39	2.340,00
7	LÂMINA COM EXTREMIDADE FOSCA, CAIXA COM 50 UNIDADES, 26X76MM	CAIXA	150	6,06	909,00
8	SOLUÇÃO DE FORMALDEÍDO A 10% (FORMOL 10%), SOLUÇÃO AQUOSA TAMPONADA 1L	FRASCO	12	24,79	297,48
9	TUBETE (PORTA LÂMINA)	UNIDADE	250	0,73	182,50
10	KIT PARA INSERÇÃO DE DIU DESCARTAVEL CONTÉM: * 1 PINÇA CHERON EM POLIESTIRENO, DE 24,5CM * 1 PINÇA POZZI EM RESINA DE ENGENHARIA, PONTA FINA, COM 26,5CM * 1 HISTERÔMETRO DILATADOR DE 34CM. POSSUI DUAS FACES, SENDO A FACE HISTERÔMETRO POSSUI SEGMENTO CENTIMETRADO DE 15 CM, COM GRADUAÇÃO DE 4A 15 CM, RESOLUÇÃO DE 1 CM, COM ANEL CILÍNDRICO (STOPPER) QUE SE DESLOCA AO LONGO DA HASTE CILÍNDRICA. A FACE DILATADORA É LEVEMENTE CURVA, POSSUI DIÂMETRO PROGRESSIVO, SENDO O PROXIMAL 3MM, PROGREDINDO ATÉ 5,5 MM DE DIÂMETRO DISTAL. COMPRIMENTO:120 MM; * 1 TESOURA LONGA PONTA CURVA, EM LIGA METÁLICA, DE 25 CM DE COMPRIMENTO; * 1 CAMPO PARA COBERTURA DE MESA, SSMMS, 100% POLIPROPILENO LAMINADO EM POLIETILENO, ABSORVENTE, IMPERMEÁVEL, GRAMATURA DE 50G/M2 COM 60 CM X 60 CM DE COMPRIMENTO. TODOS OS COMPONENTES SÃO EMBRULHADOS NO CAMPO CIRÚRGICO, NO FORMATO "ENVELOPE", DE MODO QUE PERMITE A ABERTURA NA TÉCNICA ASSÉPTICA.	KIT	100	48,50	4.850,00
11	KIT PARA INSERÇÃO DE DIU CONTÉM: 01 HISTERÔMETRO DE COLLIN 28 CM; 01 PINÇA POZZI PARA COLO UTERINO 24 CM; 01 ESPÉCULO DE COLLIN VAGINAL Nº 1 (PEQUENO); 01 ESPÉCULO DE COLLIN VAGINAL Nº 3 (MÉDIO); 01 TESOURA METZEMBAUM RETA 23 CM;	KIT	15	221,38	3.320,70
12	PINÇA PROFESSOR MEDINA 4MM AÇO INOX 24CM	UNIDADE	10	246,77	2.467,70
TOTAL DO LOTE 06					29.173,38



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

LOTE 07 - ESTERILIZAÇÃO, PROCESSAMENTO E LIMPEZA DE ARTIGOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VLR UNIT	VLR TOTAL
1	DETERGENTE LÍQUIDO ENZIMÁTICO COM 3 ENZIMAS 5L	FRASCO	60	123,34	7.400,40
2	DETERGENTE LÍQUIDO ENZIMÁTICO, CONCENTRADO, PARA LIMPEZA DE INSTRUMENTAL CIRÚRGICO, COM 3 ENZIMAS, FRASCO 1000ML	FRASCO	250	30,51	7.627,50
3	FITA ADESIVA PARA AUTOCLAVE, EXCELENTE FIXAÇÃO COMPOSTA POR PAPEL CREPE, DIMENSÕES 19MM30M	UNIDADE	450	3,89	1.750,50
4	PAPEL GRAU CIRÚRGICO EM ROLO, MEDINDO 10CM DE LARGURA POR 100M DE COMPRIMENTO, INDICADO PARA EMBALAGEM E ESTERILIZAÇÃO PARA PRODUTOS PARA A SAÚDE, COMPOSTO POR PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME PLÁSTICO TRANSPARENTE, PERMITINDO VISUALIZAÇÃO DO CONTEÚDO. POSSUI SELAGEM SEGURA E RESISTÊNCIA A PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO. PRODUTO DE USO HOSPITALAR, ACIONADO EM EMBALAGEM ADEQUADO.	ROLO	800	37,19	29.752,00
5	PAPEL GRAU CIRÚRGICO EM ROLO, MEDINDO 15CM DE LARGURA POR 100M DE COMPRIMENTO, INDICADO PARA EMBALAGEM E ESTERILIZAÇÃO PARA PRODUTOS PARA A SAÚDE, COMPOSTO POR PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME PLÁSTICO TRANSPARENTE, PERMITINDO VISUALIZAÇÃO DO CONTEÚDO. POSSUI SELAGEM SEGURA E RESISTÊNCIA A PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO. PRODUTO DE USO HOSPITALAR, ACIONADO EM EMBALAGEM ADEQUADO.	ROLO	800	37,19	29.752,00
6	PAPEL GRAU CIRÚRGICO EM ROLO, MEDINDO 20CM DE LARGURA POR 100M DE COMPRIMENTO, INDICADO PARA EMBALAGEM E ESTERILIZAÇÃO PARA PRODUTOS PARA A SAÚDE, COMPOSTO POR PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME PLÁSTICO TRANSPARENTE, PERMITINDO VISUALIZAÇÃO DO CONTEÚDO. POSSUI SELAGEM SEGURA E RESISTÊNCIA A PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO. PRODUTO DE USO HOSPITALAR, ACIONADO EM EMBALAGEM ADEQUADO.	ROLO	550	65,30	35.915,00



7	PAPEL GRAU CIRÚRGICO EM ROLO, MEDINDO 30CM DE LARGURA POR 100M DE COMPRIMENTO, INDICADO PARA EMBALAGEM E ESTERILIZAÇÃO PARA PRODUTOS PARA A SAÚDE, COMPOSTO POR PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME PLÁSTICO TRANSPARENTE, PERMITINDO VISUALIZAÇÃO DO CONTEÚDO. POSSUI SELAGEM SEGURA E RESISTÊNCIA A PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO. PRODUTO DE USO HOSPITALAR, ACIONADO EM EMBALAGEM ADEQUADO.	ROLO	300	104,44	31.332,00
8	PAPEL GRAU CIRÚRGICO EM ROLO, MEDINDO 40CM DE LARGURA POR 100M DE COMPRIMENTO, INDICADO PARA EMBALAGEM E ESTERILIZAÇÃO PARA PRODUTOS PARA A SAÚDE, COMPOSTO POR PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME PLÁSTICO TRANSPARENTE, PERMITINDO VISUALIZAÇÃO DO CONTEÚDO. POSSUI SELAGEM SEGURA E RESISTÊNCIA A PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO. PRODUTO DE USO HOSPITALAR, ACIONADO EM EMBALAGEM ADEQUADO.	ROLO	150	167,47	25.120,50
9	DETERGENTE DESINCRUSTANTE ÁCIDO REVITALIZADOR DE METAIS PARA USO HOSPITALAR COM AÇÃO DESINCRUSTANTE E ANTIOXIDANTE, FORMULADA A BASE DA MISTURA DE ÁCIDOS INORGÂNICOS (ÁCIDO FOSFÓRICO) E TENSOATIVOS NÃO IÔNICOS. DESTINADO ESPECIFICAMENTE A REMOÇÃO DE OXIDAÇÕES (FERRUGEM), MANCHAS MINERAIS, DEPÓSITOS DE SÍLICA E INCRUSTAÇÕES EM ARTIGOS DE AÇO INOXIDÁVEL, ALUMÍNIO E POLÍMEROS. DEVE SER INDICADO PARA LIMPEZA DE INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS E LIMPEZA INTERNA DE CÂMARAS DE AUTOCLAVES E TERMODESINFECTADORAS, APRESENTAÇÃO DE 5L	LITRO	10	173,84	1.738,40
10	TESTE BOWIE & DICK PACK PRONTO LIVRE DE CHUBO E METAIS, COM CAMARA DE PLASTICO E METODO DE ESTERELIZAÇÃO A VAPOR. CAIXA COM 10 UNIDADES	CAIXA	30	188,56	5.656,80
TOTAL DO LOTE 07					176.045,10
LOTE 08 - ORTOPEDIA, REABILITAÇÃO, EQUIPAMENTOS E CORRELATOS HOSPITALARES					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VLR UNIT	VLR TOTAL



1	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL DIGITAL AUTOMÁTICO DE BRAÇO, VALIDADO CLINICAMENTE, COM REGISTRO ANVISA E SELO INMETRO. MEDIÇÃO OSCILOMÉTRICA, MEMÓRIA PARA 120 MEDIÇÕES COM DATA/HORA, DETECTOR DE ARRITMIA E INDICADOR DE NÍVEL DE HIPERTENSÃO. INCLUI BRAÇADEIRA TAMANHO ADULTO (22-42CM), FONTE DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT E PILHAS. GARANTIA MÍNIMA DE 5 ANOS.	UNIDADE	50	95,04	4.752,00
2	APARELHO PARA MEDIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL NÃO INVASIVA, TIPO ANEROIDE, MODELO ADULTO. COMPOSTO POR MANÔMETRO DE ALTA PRECISÃO COM ESCALA DE 0 A 300 MMHG, LIVRE DE MERCÚRIO, COM VISOR DE FÁCIL LEITURA. BRAÇADEIRA CONFECCIONADA EM TECIDO DE NYLON OU ALGODÃO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM FECHAMENTO EM VELCRO OU METAL, DE DIMENSÕES COMPATÍVEIS COM CIRCUNFERÊNCIA DE BRAÇO ADULTO PADRÃO (APROX. 22 A 32 CM). MANGUITO E PERA DE INSUFLAÇÃO EM BORRACHA OU PVC DE ALTA FLEXIBILIDADE, COM VÁLVULA DE DEFLAÇÃO EM METAL CROMADO DE AJUSTE FINO. ACOMPANHA ESTOJO PARA TRANSPORTE E PROTEÇÃO. O EQUIPAMENTO DEVE APRESENTAR OBRIGATORIAMENTE O SELO DE VERIFICAÇÃO INICIAL DO INMETRO E REGISTRO VIGENTE NA ANVISA	UNIDADE	100	60,90	6.090,00
3	APARELHO PARA MEDIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL NÃO INVASIVA, TIPO ANEROIDE, MODELO INFANTIL. COMPOSTO POR MANÔMETRO DE ALTA PRECISÃO COM ESCALA DE 0 A 300 MMHG, LIVRE DE MERCÚRIO. BRAÇADEIRA CONFECCIONADA EM NYLON OU ALGODÃO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM FECHAMENTO EM VELCRO, EM DIMENSÕES ADEQUADAS PARA O PÚBLICO PEDIÁTRICO (CIRCUNFERÊNCIA DE BRAÇO DE APROXIMADAMENTE 13 A 20 CM). MANGUITO E PERA DE INSUFLAÇÃO EM PVC OU BORRACHA MACIA (PREFERENCIALMENTE LIVRE DE LÁTEX), COM VÁLVULA DE DEFLAÇÃO EM METAL CROMADO DE AJUSTE FINO. ACOMPANHA ESTOJO PARA TRANSPORTE E PROTEÇÃO. O EQUIPAMENTO DEVE APRESENTAR OBRIGATORIAMENTE O SELO DE VERIFICAÇÃO INICIAL DO INMETRO E REGISTRO VIGENTE NA ANVISA.	UNIDADE	60	61,20	3.672,00



4	APARELHO PARA MEDIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL NÃO INVASIVA, TIPO ANEROIDE, MODELO NEONATAL. COMPOSTO POR MANÔMETRO DE ALTA PRECISÃO COM ESCALA DE 0 A 300 MMHG, LIVRE DE MERCÚRIO. BRAÇADEIRA EM NYLON OU ALGODÃO DE DIMENSÕES REDUZIDAS, COM FECHAMENTO EM VELCRO DE ALTA ADERÊNCIA, ESPECÍFICA PARA CIRCUNFERÊNCIA DE BRAÇO DE APROXIMADAMENTE 06 CM A 11 CM. MANGUITO E PERA DE INSUFLAÇÃO EM MATERIAL MACIO E FLEXÍVEL (OBRIGATORIAMENTE LIVRE DE LÁTEX/LATEX FREE), COM VÁLVULA DE DEFLAÇÃO EM METAL CROMADO DE AJUSTE MICROMÉTRICO PARA CONTROLE PRECISO DA PRESSÃO. ACOMPANHA ESTOJO PARA TRANSPORTE E PROTEÇÃO. O EQUIPAMENTO DEVE APRESENTAR OBRIGATORIAMENTE O SELO DE VERIFICAÇÃO INICIAL DO INMETRO E REGISTRO VIGENTE NA ANVISA	UNIDADE	20	68,56	1.371,20
5	APARELHO PORTÁTIL PARA MONITORIZAÇÃO DE GLICEMIA CAPILAR (HGT), DE USO DOMICILIAR E/OU PROFISSIONAL, COMPOSTO POR TECNOLOGIA DE BIOSSENSOR ELETROQUÍMICO	UNIDADE	200	27,00	5.400,00
6	ASPIRADOR SECREÇÕES, TIPO:PORTÁTIL,ELÉTRICO, CAPACIDADE FRASCO COLETOR:CERCA DE 1300 ML, POTÊNCIA MOTOR:1/4 HP, MATERIAL FRASCO:FRASCO EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE, FREQUÊNCIA:60 HZ, PRESSÃO MÁXIMA:VAZÃO 19L/MIN, VACUÔMETRO 550MMHG, TENSÃO:110/220 V	UNIDADE	3	507,32	1.521,96
7	ATADURA DE ALGODÃO ORTOPÉDICO NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA A PARTIR DE MANTA CONTÍNUA DE FIBRAS 100% ALGODÃO CRU, DE ALTA QUALIDADE, 15 CM DE LARGURA X 1,8 METROS DE COMPRIMENTO (EM REPOUSO/ESTIRADA).	UNIDADE	360	2,58	928,80
8	ATADURA GESSADA PARA IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA (FRATURAS, ENTORSES, CORREÇÕES), CONFECCIONADA COM TELA DE 100% ALGODÃO, IMPREGNADA COM GESSO DE SECAGEM RÁPIDA (TIPO ORTOPÉDICO/ALFA), COM BAIXA PERDA DE GESSO AO MOLHAR E ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA	UNIDADE	480	2,62	1.257,60



9	CLAMP UMBILICAL, ESTERIL, CONFECCIONADA EM PLÁSTICO RESISTENTE, ATÓXICO, EM FORMA DE PINÇA DENTADA INTEIRAMENTE E COM FEIXE DE SEGURANÇA INVOLÁVEL, MEDINDO 5 CM	UNIDADE	500	0,45	225,00
10	COLAR CERVICAL, ESPUMA FLEXÍVEL, VELCRO COM 5CM, GRANDE (G), COM REFORÇO	UNIDADE	50	52,47	2.623,50
11	COLAR CERVICAL, ESPUMA FLEXÍVEL, VELCRO COM 5CM, MÉDIO (M), COM REFORÇO	UNIDADE	50	49,07	2.453,50
12	COLAR CERVICAL, ESPUMA FLEXÍVEL, VELCRO COM 5CM, PEQUENO (P), COM REFORÇO	UNIDADE	100	31,56	3.156,00
13	COMPONENTE AUXILIAR PARA MARCHA EM APARELHOS GESSADOS (SALTO ORTOPEDICO), MODELO TAMANHO M (MÉDIO). CONFECCIONADO EM BORRACHA NATURAL OU SINTÉTICA DE ALTA DENSIDADE, COM BASE INFERIOR DOTADA DE TEXTURA ANTIDERRAPANTE PARA ABSORÇÃO DE IMPACTO E ESTABILIDADE. POSSUI RANHURAS SUPERIORES PARA ANCORAMENTO FIRME NO GESSO. MATERIAL DURÁVEL E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. PRODUTO COM REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	60	4,40	264,00
14	COMPONENTE AUXILIAR PARA MARCHA EM APARELHOS GESSADOS (SALTO ORTOPEDICO), MODELO TAMANHO P (PEQUENO). CONFECCIONADO EM BORRACHA NATURAL OU SINTÉTICA DE ALTA DENSIDADE, COM BASE INFERIOR DOTADA DE TEXTURA ANTIDERRAPANTE PARA GARANTIR ADERÊNCIA E SEGURANÇA. DESIGN ANATÔMICO COM ABAS LATERAIS PARA FIXAÇÃO SEGURA ENTRE AS CAMADAS DE GESSO. MATERIAL RESISTENTE À COMPRESSÃO E AO DESGASTE. PRODUTO COM REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	60	4,17	250,20
15	TRANSFERIDOR DE PACIENTE 100 X 40 CM, COM ESTRUTURA RÍGIDA, SISTEMA DE ROLAMENTOS/DESLIZAMENTO, REVESTIMENTO IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL, CAPACIDADE MÍNIMA DE 180 KG, PARA USO HOSPITALAR.	UNIDADE	10	2.861,67	28.616,70
16	ELETRODO DESCARTÁVEL PARA ELETROCARDIOGRAMA (ECG), ADULTO, COM GEL SÓLIDO E ADESIVO	UNIDADE	800	0,27	216,00



17	ELETRODO PARA BISTURI ELÉTRICO MODELO TIPO FACA RETO, COM HASTE EXTRA LONGA. CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL CIRÚRGICO DE ALTA CONDUTIVIDADE, COM ISOLAMENTO TERMICO COM POLIMERO DE ALTA RESISTENCIA AO LONGO DE TODA A HASTE, EXCETO NA PONTA ATIVA. COMPRIMENTO TOTAL DE 150MM (15CM). DIÂMETRO DE ENCAIXE UNIVERSAL, (APRO. 2,38MM) COMPATÍVEL COM CANETA ELÉTRICA PADRÃO.	UNIDADE	2	73,31	146,62
18	ELETRODO PARA BISTURI ELÉTRICO MODELO TIPO FACA RETO, COM HASTE PROLONGADA (PONTA LONGA). CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL CIRÚRGICO COM ISOLAMENTO TÉRMICO E ELÉTRICO EM POLÍMERO RESISTENTE. COMPRIMENTO TOTAL DA HASTE 70MM (7CM). DIÂMETRO PADRÃO DE ENCAIXE UNIVERSAL (APROX. 2,38MM) COMPATÍVEL COM CANETAS DE ELETROCAUTÉRIO, PONTA ATIVA COM EXCELENTE CONDUTIVIDADE E RESISTÊNCIA A ESPECIFICAÇÃO. PRODUTO ESTÉRIL, DE USO ÚNICO.	UNIDADE	2	121,72	243,44
19	ELETRODO PARA BISTURI ELÉTRICO MODELO TIPO FACA RETO, COM HASTE PROLONGADA (PONTA LONGA). CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL CIRÚRGICO DE ALTA CONDUTIVIDADE, COM ISOLAMENTO TERMICO COM POLIMERO DE ALTA RESISTENCIA EM QUASE TODA SUA EXTENSÃO, EXCETO NA PONTA ATIVA. COMPRIMENTO TOTAL DE 120MM (12CM). DIÂMETRO DE ENCAIXE UNIVERSAL, (APROX. 2,38MM) COMPATÍVEL COM CANETAS DE ELETROCAUTERIZAÇÃO PADRÃO	UNIDADE	2	70,90	141,80
20	KIT SULTURA, CONTENDO EM SEU KIT: 01- ESTOJO AÇO INOX 18X08X03 CM - 01- CABO Nº4, 02- LÂMINAS, 01- PINÇA DENTE DE RATO 14 CM, 01- PORTA AGULHA MAYO HEGAR 14 CM, 01- TESOURA ÍRIS FINA FINA RETA 11,5 CM, 02- N.Y	UNIDADE	20	289,06	5.781,20
21	01- PINÇA ANATÔMICA 14 CM	UNIDADE	15	48,35	725,25
22	01- PINÇA KELLY RETA 14 CM	UNIDADE	15	46,67	700,05
23	01- PINÇA KELLY CURVA 14 CM	UNIDADE	23	25,79	593,17
24	01- TESOURA ÍRIS FINA FINA RETA 11,5 CM	UNIDADE	15	23,12	346,80
25	01- TESOURA METZENBAUM CURVA 14 CM	UNIDADE	15		1.389,45



				92,63	
26	LÂMINA DE BISTURI ESTÉRIL N°10 CAIXA COM 100	CAIXA	60	25,00	1.500,00
27	LÂMINA DE BISTURI ESTÉRIL N°11 CAIXA COM 100	CAIXA	100	24,86	2.486,00
28	LÂMINA DE BISTURI ESTÉRIL N°15 CAIXA COM 100	CAIXA	100	25,00	2.500,00
29	LÂMINA DE BISTURI ESTÉRIL N°21 CAIXA COM 100	CAIXA	60	25,00	1.500,00
30	LÂMINA DE BISTURI ESTÉRIL N°23 CAIXA COM 100	CAIXA	60	25,00	1.500,00
31	AVENTAL DESCARTÁVEL EM TNT 20 G/M², MANGA LONGA	UNIDADE	5.000,00	1,23	6.150,00
32	BANDEJA INOX PARA USO HOSPITALAR 39X39X4CM	UNIDADE	10	123,53	1.235,30
33	BANDEJA CUBA RIM AÇO INOXIDÁVEL HOSPITALAR MICROPIGMENTAÇÃO	UNIDADE	30	36,82	1.104,60
34	BANDEJA INOX PARA USO HOSPITALAR CIRÚRGICA 22X09X1,5CM	UNIDADE	60	28,68	1.720,80
35	BANDEJA INOX PARA USO HOSPITALAR CIRÚRGICA 22X17X1,5CM	UNIDADE	60	42,14	2.528,40
36	BANDEJA INOX PARA USO HOSPITALAR CIRÚRGICA 30X20X4CM	UNIDADE	30	78,17	2.345,10
37	BORRIFADOR MANUAL PARA ÁLCOOL 70% , CAPACIDADE 500ML, PLÁSTICO RESISTENTE	UNIDADE	1.230,00	8,53	10.491,90
38	COLETOR PARA MATERIAIS PERFURO CORTANTE 13L	UNIDADE	2.400,00	8,90	21.360,00
39	COLETOR PARA MATERIAIS PERFURO CORTANTE 7L	UNIDADE	2.500,00	7,73	19.325,00
40	SOLUÇÃO DE ÉTER SULFURICO A 50%, INDICADA PARA USO HOSPITALAR CONFORME PROTOCOLO INSTITUCIONAL, ACONDICIONADA EM FRASCO RESISTENTE, DEVIDAMENTE ROTULADO COM IDENTIFICAÇÃO DE LOTE, DATA DE FAB. E VAL. COM REGISTRO OU REGULAMENTAÇÃO JUNTO À ANVISA, 1L	LITRO	10	66,63	666,30
41	FITA ADESIVA CREPE HOSPITALAR 19MM X 50M BEGE MONOFACE	UNIDADE	50	3,61	180,50
42	PROTETOR SOLAR FPS50 500ML	FRASCO	500	47,09	23.545,00
43	SACO DE LIXO HOSPITALAR POLIETILENO AMARELO 30L, PCT 10 UNIDADES	PACOTE	200	7,57	1.514,00
44	SACO DE LIXO HOSPITALAR POLIETILENO PRETO 30L, PCT 10 UNIDADES	PACOTE	600	3,58	2.148,00
45	SACO DE LIXO HOSPITALAR POLIETILENO PRETO 50L, PCT 10 UNIDADES	PACOTE	600	4,91	2.946,00
46	SACO DE LIXO HOSPITALAR POLIETILENO VERMELHO 30L, PCT 10 UNIDADES	PACOTE	50	7,50	375,00
47	SACO PARA ÓBITO INFANTIL 30X55 COM ZIPER	UNIDADE	50	9,00	450,00
48	SACO PARA ÓBITO ADULTO 90X210CM	UNIDADE	100		2.017,00



	COM ZÍPER			20,17	
49	SACO PARA COLETA DE RESÍDUOS PARA COLETA DE SAÚDE, ESPECÍFICO PARA SUPORTE TIPO HAMPER CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), VIRGEM, NA COR BRANCA LEITOSA. CAPACIDADE NOMINAL DE 150L. PACOTE COM 100 UNIDADES. APRESENTAR SOLDA LATERAL CONTÍNUA, HOMOGÊNEA E UNIFORME, PROPORCIONANDO ESTANQUEIDADE TOTAL (SEM VAZAMENTO). IDENTIFICADO COM SÍMBOLO DE RESÍDUO INFECTANTE E INSCRIÇÕES DE SEGURANÇA CONFORME AS NORMAS VIGENTES. DIMENSÕES COMPATÍVEIS COM ARO DE HAMPER PADRÃO.	PACOTE	10	183,48	1.834,80
50	SAPATILHA HOSPITALAR NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, COM ELÁSTICO, COM COR, CERCA DE 40G/M2 TAMANHO UNICO, DESCARTAVEL, PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	500	14,33	7.165,00
51	SOLUÇÃO HIPOCLORITO DE SÓDIO A 1% (CLORO ATIVO 1%) 1L	FRASCO	150	11,89	1.783,50
52	TOUCA DESCARTÁVEL USO HOSPITALAR MATERIAL NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, COM ELÁSTICO A TODA VOLTA, COM COR, GRAMATURA DE 20G/M², TAMANHO UNICO, DESCARTAVEL, HIPOALERGÊNICO, ATOXICA, UNIXES, EMBALAGEM 100UNIDADES	PACOTE	1.200,00	12,50	15.000,00
53	TUBO DE EXTENSÃO DE LÁTEX Nº200 USO HOSPITALAR DESCARTÁVEL FRASCO/EMBALAGEM INDIVIDUAL 3MM	UNIDADE	20	2,33	46,60
54	TUBO DE EXTENSÃO DE LÁTEX Nº200 USO HOSPITALAR DESCARTÁVEL FRASCO/EMBALAGEM INDIVIDUAL 5,5MM 40CM	UNIDADE	20	3,63	72,60
55	TUBO DE EXTENSÃO DE LÁTEX Nº200 USO HOSPITALAR DESCARTÁVEL FRASCO/EMBALAGEM INDIVIDUAL 6MMX10M	UNIDADE	30	62,67	1.880,10
TOTAL DO LOTE 08					210.237,74
LOTE 09 - MATERIAIS PARA CURATIVOS CONVENCIONAIS E FIXAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VLR UNIT	VLR TOTAL
1	ALGODÃO HIDRÓFILO EM ROLO, MACIO ABSORVENTE, ISENTO DE IMPUREZAS ENVOLVIDO EM PAPEL ESPECIAL, INTERFOLHADO, COM 500 G.	UNIDADE	1.450,00	17,62	25.549,00



2	ATADURA DE CREPOM TIPO I (CONFORME NBR 14.056/2002), MEDINDO 10 CM DE LARGURA X 1,8 METROS DE COMPRIMENTO (RE-POUSO). EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, CONFORME RDC 185 DE 22/10/2001(ANVISA) E PORTARIA 106/2003 DO I	UNIDADE	6.000,00	0,36	2.160,00
3	ATADURA DE CREPOM TIPO I (CONFORME NBR 14.056/2002), MEDINDO 15 CM DE LARGURA X 1,8 METROS DE COMPRIMENTO (RE-POUSO). EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, CONFORME RDC 185 DE 22/10/2001(ANVISA) E PORTARIA 106/2003 DO IN	UNIDADE	6.000,00	0,51	3.060,00
4	ATADURA DE CREPOM TIPO I (CONFORME NBR 14.056/2002), MEDINDO 20 CM DE LARGURA X 1,8 METROS DE COMPRIMENTO (RE-POUSO). EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, CONFORME RDC 185 DE 22/10/2001(ANVISA) E PORTARIA 106/2003 DO IN	UNIDADE	4.500,00	0,59	2.655,00
5	BANDAGEM ELÁSTICA ADESIVA , 4CM X 5M, ALGODÃO, HIPOALERGÊNICA. CARACTERÍSTICAS: RESPIRÁVEL, RESISTENTE À ÁGUA, LIVRE DE LÁTEX, COM ADESIVO ACRÍLICO DE ALTA FIXAÇÃO EM FORMATO DE ONDAS. ELASTICIDADE: 150-180%. COR: [ESPECIFICAR OU COLOCAR 'SORTIDAS/VARIADAS']. REGISTRO ANVISA OBRIGATÓRIO.	UNIDADE	100	35,38	3.538,00
6	COMPRESSA CIRÚRGICA PARA CAMPO OPERATÓRIO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 50 CM X 45 CM, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO, COM MÍNIMO 4 CAMADAS, COM FIO RADIOPACO PARA DETECÇÃO EM RAIO-X, BORDAS COSTURADAS, ALTA ABSORÇÃO, ESTÉRIL.	UNIDADE	1.200,00	35,14	42.168,00
7	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA EM ROLO (TIPO QUEIJO), CONFECCIONADA EM 100% ALGODÃO, COM 11 FIOS POR CM², 8 CAMADAS (DOBRAS), MEDINDO APROXIMADAMENTE 91 CM DE LARGURA POR 91 METROS DE COMPRIMENTO, ALTAMENTE ABSORVENTE, MACIA, ISENTA DE IMPUREZAS, INDICADA PARA CONFECÇÃO DE CURATIVOS, ATADURAS E PROCEDIMENTOS DIVERSOS,	ROLO	3.600,00	19,67	70.812,00



	ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA				
8	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM 100% ALGODÃO, COM 11 FIOS POR CM ² , MEDINDO APROXIMADAMENTE 7,5 CM X 7,5 CM (DOBRADA), COM 8 CAMADAS (QUANDO ABERTA), BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS PARA EVITAR DESFIAMENTO, MACIA, ABSORVENTE, ISENTA DE IMPUREZAS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ESTÉRIL	UNIDADE	10.100,00	0,46	4.646,00
9	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM 100% ALGODÃO, COM 13 FIOS POR CM ² , MEDINDO APROXIMADAMENTE 10 CM X 10 CM (DOBRADA), COM 8 CAMADAS QUANDO ABERTA, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS PARA EVITAR DESFIAMENTO, MACIA, ALTAMENTE ABSORVENTE, ISENTA DE IMPUREZAS	UNIDADE	2.100,00	0,66	1.386,00
10	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM 100% ALGODÃO, COM 11 FIOS POR CM ² , MEDINDO APROXIMADAMENTE 7,5 CM X 7,5 CM (DOBRADA), COM 8 CAMADAS QUANDO ABERTA, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS PARA EVITAR DESFIAMENTO, MACIA, ALTAMENTE ABSORVENTE, ISENTA DE IMPUREZAS	UNIDADE	2.100,00	0,46	966,00
11	ESPARADRAPO ANTIALÉRGICO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 10 CM DE LARGURA X 4,5 METROS DE COMPRIMENTO, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT) OU MATERIAL MICROPOROSO, COM ADESIVO HIPOALERGÊNICO, BOA FIXAÇÃO, PERMEÁVEL AO AR, FLEXÍVEL, INDICADO PARA FIXAÇÃO DE CURATIVOS, SONDAS E DISPOSITIVOS, ACONDICIONADO EM ROLO.	ROLO	2.400,00	7,04	16.896,00
12	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL 10 CM X 4,5 M	ROLO	3.600,00	8,39	30.204,00
13	FRALDA INFANTIL DESCARTÁVEL DE USO CONTÍNUO COMPOSTO POR ALGODÃO HIDRÓFILO, POLPA DE CELULOSE VIRGEM OU MATERIAL POLIMÉRICOS ABSORVENTES, FORMATO DERO DE CINTURA AJUSTÁVEL COM FLOCOS EM GEM, TAMANHO : G PACOTES COM 30 UNIDADE DE FRALDAS	UNIDADE	12.000,00	1,25	15.000,00



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

TOTAL DO LOTE 09					219.040,00
LOTE 10 - ANTISSÉPTICOS, SOLUÇÕES DE LIMPEZA E PROTEÇÃO DA PELE					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VLR UNIT	VLR TOTAL
1	CLOREXIDINA ALCOÓLICA 5% 1 LITRO	LITRO	36	14,71	529,56
2	CLOREXIDINA AQUOSA 0,2% 1 LITRO	LITRO	60	11,57	694,20
3	CLOREXIDINA DEGERMANTE 2% 1 LITRO	LITRO	200	19,45	3.890,00
4	SOLUÇÃO COMPOSTA DE ÁGUA PURIFICADA, PHMB 0,2%, BETAÍNA 0,1%, INDICADO PARA LIMPEZA, HIDRATAÇÃO, DESCONTAMINAÇÃO DE FERIDAS E QUE SEJA BIOCOMPATÍVEL. FRASCO TRANSPARENTE. FRASCO ALMOTOLIA 350ML.	UNIDADE	400	71,48	28.592,00
5	CREME BRANCO COMPOSTO DE UREIA A 10%, ÁGUA, EDTA, PROPILENOGLICOL, SILICONE, METILPARABENO, IMIDAZOLIDINIL URÉIA, ÁLCOOL CETÍLICO, ÁCIDO ESTEÁRICO, ÓLEO MINERAL. INDICADO PARA HIDRATAÇÃO PROFUNDA DA PELE SECA, COM RACHADURAS E DESCAMAÇÃO, INCLUSIVE PARA PÉS DIABÉTICOS. BISNAGA 100 GRAMAS.	UNIDADE	300	29,47	8.841,00
6	PELÍCULA PROTETORA SEM ARDOR, QUE FORMA UMA PELÍCULA PROTETORA FINA, TRANSPARENTE E CONFORTÁVEL QUE PROTEGE DO CONTATO COM O EXSUDATO, COMPOSTO POR DISILOXANO, TRIMETILSILOXISILICATO, METOXICINAMATO DE ETILHEXILA, CICLOPENTASILOXANO, DIMETICONOL, CROSPOLÍMERO DE DIMETICONA, DIETILAMINO HIDROXIBENZOIL HEXIL BENZOATO. FRASCO SPRAY 30ML.	UNIDADE	200	68,30	13.660,00
7	CREME, CAPAZ DE FORMAR UM FILME PROTETOR COM A FUNÇÃO BARREIRA PARA PREVENÇÃO DE DERMATITES POR INCONTINÊNCIA E PARA HIDRATAÇÃO PROFUNDA DA PELE ÍNTEGRA. COMPOSIÇÃO À BASE DE ÓLEO DE AMÊNDOAS DOCE E CERA DE ABELHA, PROPILPARABENO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, FRAGRÂNCIA E ÁGUA PURIFICADA. LIVRE DE DERIVADOS DE PETROLATO E/OU ÓXIDO DE ZINCO. BISNAGA 100G.	UNIDADE	300	30,39	9.117,00
8	CREME PROTETOR DE BARREIRA 100 GRAMAS	UNIDADE	150	41,86	6.279,00



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

9	PASTA PROTETORA DE PELE PARA ESTOMIAS, COMPOSTA POR HIDROCOLOIDES E POLÍMEROS SINTÉTICOS 60G	UNIDADE	50	54,64	2.732,00
10	SABONETE NEUTRO HOSPITALAR COM CLOROHEXIDINA (PHMB) 0,3% - FRASCO 1L	UNIDADE	50	63,11	3.155,50
11	SOLUÇÃO ANTISSEPTICA EM FORMATO DE ESPUMA (PAMP) PARA LIMPEZA DE FERIDAS E PELE ÍNTEGRA COMPOSTA POR POLIHEXAMETILENO DE BIGUANIDA (PHMB) EM CONCENTRAÇÃO DE 0,1%, ASSOCIADO A TENSO ATIVO SUAVE (SURFACTANTE) PARA REMOÇÃO DE BIOFILMES E DETRITOS CELULARES. PRODUTO COM AMPLO EXPECTRO DE AÇÃO CONTRA BACTERIA GRAM-POSITIVAS, GRAM-NEGATIVAS, FUNGOS E LEVEDURAS. FORMULAÇÃO ATÓXICA, HIPOALERGÊNICA, SEM ENXÁGUE E COM BIOCOMPATIBILIDADE COMPROVADA. PROMOVE A HIDRATAÇÃO E PROTEÇÃO DO LEITO DA FERIDA AUXILIANDO NO PROCESSO DE CICATRIZAÇÃO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM BICO ESPUMADOR (FOAMER) CONTENDO 150ML	UNIDADE	100	67,69	6.769,00
12	VASELINA LÍQUIDA ACONDICIONADA EM GARRAFA DE 1L	UNIDADE	10	21,40	214,00
TOTAL DO LOTE 10					84.473,26

LOTE 11 - CURATIVOS ANTIMICROBIANOS E COBERTURAS COM PRATA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VLR UNIT	VLR TOTAL
1	COBERTURA ESTÉRIL DE AÇÃO ANTIMICROBIANA COMPOSTA POR UMA CAMADA DE POLIÉSTER FLEXÍVEL, DE BAIXA ADERÊNCIA REVESTIDA DE PRATA NANOCRISTALINA. TAMANHO 10X10CM.	UNIDADE	500	120,34	60.170,00
2	CURATIVO EM FORMA DE POMADA QUE CONSISTE DE UM CADEXÔMERO (MICROGRÂNULOS DE AMIDO MODIFICADO) COM IODO A 0,9% EM UMA POMADA BASE DE POLIETILENOGLICOL. TAMANHO 20G.	UNIDADE	300	69,12	20.736,00
3	CURATIVO ANTISSEPTICO COMPOSTO POR TELA DE MALHA DE ALGODÃO IMPREGNADA COM PARAFINA (PETROLATUM) E SOLUÇÃO DE ACETATO DE CLOREXIDINA BP A 0,5%. TAMANHO 10X10CM.	UNIDADE	500	9,27	4.635,00



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

4	CURATIVO ESTÉRIL, ABSORVENTE, ANTIMICROBIANO DE ESPUMA, CONSTITUÍDO POR 3 CAMADAS CONSTITUÍDAS POR UMA PELÍCULA HIDROCELULAR ABSORVENTE DE SULFADIAZINA DE PRATA (SSD) INTRODUZIDA ENTRE A PELÍCULA PERFURADA E NÃO ADERENTE QUE ENTRA EM CONTATO COM A FERIDA E A PELÍCULA SUPERIOR À PROVA D'ÁGUA. TAMANHO 10X10 CM.	UNIDADE	300	52,61	15.783,00
5	BANDAGEM NÃO ADERENTE COMPOSTA DE ALGODÃO E POLIÉSTER. IMPREGNADA UNIFORMEMENTE COM CREME HIDRATANTE À BASE DE ÁCIDOS GRAXOS POLIINSATURADOS (ÓLEO DE GIRASSOL) E POLIAMINOPROPIL BIGUANIDA 0,1%, LIVRE DE ÓXIDO DE ZINCO QUE SE ADAPTA AOS CONTORNOS DA PERNA SUAVEMENTE, PERMANECENDO FLEXÍVEL. MEDINDO 10,2CM POR 6M.	UNIDADE	500	89,43	44.715,00
6	CURATIVO DE FIBRA GELIFICANTE ALTAMENTE ABSORVENTE E ADAPTÁVEL, ESTÉRIL E MACIO, CONSTITUÍDO DE POR 80% DE FIBRAS DE ETILSUFONATO CELULOSE E 20% DE FIBRAS DE CELULOSE E PRATA. TAMANHO 10X10CM.	UNIDADE	200	74,33	14.866,00
7	CURATIVO ESTÉRIL, ABSORVENTE, DE FIBRAS DE ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO IMPREGNADA COM PRATA, MACIO, EM PLACA. TAMANHO 10X10CM.	UNIDADE	500	14,31	7.155,00
8	COBERTURA SECUNDÁRIA (GAZE) DE BASE TÊXTIL, IMPREGNADA COM POLIHEXAMETILENO DE BIGUANIDA (PHMB) EM CONCENTRAÇÃO DE 0,2	UNIDADE	200	8,88	1.776,00
9	CURATIVO DE ALGINATO DE CÁLCIO COM PRATA 10 X 10 CM	UNIDADE	600	42,30	25.380,00
10	CURATIVO DE CARVÃO ATIVADO COM PRATA SIMPLES 10 X 10,5 CM	UNIDADE	500	28,25	14.125,00
11	CURATIVO DE CARVÃO ATIVADO COM PRATA 10,5 CM X 10,5	UNIDADE	100	26,22	2.622,00
12	CURATIVO HIDROCOLÓIDE, MATERIAL CARBOXIMETICELULOSE + ALGINATO DE CÁLCIO + PRATA, FORMATO EM PLACA, LARGURA 15 CM, COMPRIMENTO 15 CM, TIPO C/ BORDA DISELADA, APLICAÇÃO GRANDE DEMARCADORA, INDICATIVO TROCA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FLEXÍVEL, ELÁSTICO	UNIDADE	100	118,09	11.809,00
13	GAZE IMPREGNADA COM PRATA 10 X 10 CM PCT C/10	PACOTE	20	21,66	433,20
TOTAL DO LOTE 11					224.205,20



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

LOTE 12 - COBERTURAS ESPECIAIS, FILMES, ESPUMAS E HIDROGÉIS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VLR UNIT	VLR TOTAL
1	ELETRODO AUTOADESIVO PARA ELETROESTIMULAÇÃO NEUROMUSCULAR (TENS, FES, CORRENTE RUSSA E INTERFERENCIAL). FORMATO RETANGULAR COM DIMENSÕES DE 44 MM X 32 MM. CONFECCIONADO EM TECIDO TIPO SPUNLACE (OU MATERIAL SIMILAR FLEXÍVEL) DE ALTA RESISTÊNCIA, COM FACE INTERNA EM GEL CONDUTOR HIDROGÊNICO (HIDROGEL), ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO E ALTAMENTE ADERENTE, QUE DISPENSA O USO DE FITA ADESIVA OU GEL EXTERNO. POSSUI CONECTOR TIPO 'RABICHO' (PIGTAIL) DE 2 MM, COMPATÍVEL COM A MAIORIA DOS CABOS DE EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA DO MERCADO. PRODUTO REUTILIZÁVEL (PARA O MESMO PACIENTE), COM EXCELENTE DISTRIBUIÇÃO DE CORRENTE E SEM PERDA DE CONDUTIVIDADE	UNIDADE	2.500,00	40,87	102.175,00
2	CURATIVO ESTÉRIL DE ESPUMA HIDROCELULAR, HIDROFILICO, COM BORDAS LARGAS E BISELADAS, COMPOSTO POR CINCO CAMADAS INDEPENDENTES, SENDO A PRIMEIRA, EM CONTATO COM A PELE/FERIDA EM SILICIONE SUAVE ADESIVO, A SEGUNDA CAMADA COMPOSTA DE ESPUMA HIDROCELULAR, A TERCEIRA CAMADA POSSUI UM NÚCLEO SUPER ABSORVENTE COMPOSTO DE FIBRAS DE CELULOSE COM POLIACRILATO, A QUARTA CAMADA PROTETORA DE CAMUFLAGEM COMPOSTA POR DUAS CAMADAS DE MALHA LIGADAS POR FILAMENTOS E QUINTA CAMADA COMPOSTA DE FILME DE POLIURETANO IMPERMEÁVEL A ÁGUA E BACTÉRIAS, MAS COM ALTA PERMEABILIDADE A VAPORES ÚMIDOS. FORMATO QUADRILOBADO. TAMANHO 15,4X15,4CM.	UNIDADE	500	67,63	33.815,00
3	HIDROGEL AMORFO, TRANSPARENTE, COMPOSTO POR ÁGUA DEIONIZADA, GLICERINA, CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, ALANTOÍNA, ÁLCOOL BENZILICO, METILPARABENO, PROPILPARABENO E PRESERVATIVOS ANTIMICROBIANOS. TAMANHO 85G.	UNIDADE	500	44,56	22.280,00



4	FILME TRANSPARENTE ESTÉRIL DE POLIURETANO COM ADESIVO ACRÍLICO, COM ALTA PERMEABILIDADE AO OXIGÊNIO E VAPORES ÚMIDOS, PELÍCULA QUE PERMITE TROCA GASOSA DE ATÉ 3000G/M ² /24H, IMPERMEÁVEL A LÍQUIDOS E BACTÉRIAS. POSSUI FENESTRA EM FITA MICROPORADA RECOBERTA POR FILME EM POLIURETANO E TIRAS DE FITA MICROPORADA RECOBERTAS POR ADESIVO ACRÍLICO HIPOALERGENICO. CAIXA COM 50 UND. TAMANHO 9X12CM.	CAIXA	50	7,66	383,00
5	CURATIVO ESTÉRIL, ABSORVENTE, DE FIBRAS DE ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO, MACIO, EM PLACA. TAMANHO 10X10CM.	UNIDADE	500	39,46	19.730,00
6	CURATIVO ADESIVO DE FILME TRANSPARENTE DE POLIURETANO EM ROLO. TAMANHO 10CMX10M.	UNIDADE	200	117,04	23.408,00
7	CURATIVO ESTÉRIL DE ESPUMA HIDROCELULAR, HIDROFÍLICO, COM BORDAS LARGAS E BISELADAS, COMPOSTO POR CINCO CAMADAS INDEPENDENTES, SENDO A PRIMEIRA, EM CONTATO COM A PELE/FERIDA EM SILICONE SUAVE ADESIVO, A SEGUNDA CAMADA COMPOSTA DE ESPUMA HIDROCELULAR, A TERCEIRA CAMADA POSSUI UM NÚCLEO SUPER ABSORVENTE COMPOSTO DE FIBRAS DE CELULOSE COM POLIACRILATO, A QUARTA CAMADA PROTETORA DE CAMUFLAGEM COMPOSTA POR DUAS CAMADAS DE MALHA LIGADAS POR FILAMENTOS E QUINTA CAMADA COMPOSTA DE FILME DE POLIURETANO IMPERMEÁVEL A ÁGUA E BACTÉRIAS, MAS COM ALTA PERMEABILIDADE A VAPORES ÚMIDOS. FORMATO SACRAL. TAMANHO 17,2X17,2CM.	UNIDADE	400	117,57	47.028,00
8	CURATIVO ESTÉRIL DE ESPUMA HIDROCELULAR HIDROFÍLICO COMPOSTO POR TRÊS CAMADAS DIFERENCIADAS DE POLIURETANO: A PRIMEIRA CAMADA DE CONTATO COM A FERIDA É REVESTIDA COM UMA CAMADA ADESIVA MACIA DE SILICONE QUE MINIMIZA TRAUMA E A DOR NO MOMENTO DA RETIRADA ALÉM DE PERMITIR A PASSAGEM DO EXSUDATO, A SEGUNDA CAMADA É IMPREGNADA COM POLIETILENOGLICOL (PEG) ALTAMENTE ABSORVENTE QUE REALIZA ABSORÇÃO VERTICAL E A TERCEIRA CAMADA POSSUI UMA PELÍCULA EXTERNA ALTAMENTE PERMEÁVEL E À PROVA DE ÁGUA. TAMANHO 12,5X12,5CM.	UNIDADE	400	55,18	22.072,00



9	FILME TRANSPARENTE ESTÉRIL DE POLIURETANO COM ADESIVO ACRÍLICO, COM ALTA PERMEABILIDADE AO OXIGÊNIO E VAPORES ÚMIDOS, PELÍCULA QUE PERMITE TROCA GASOSA DE ATÉ 3000G/M ² /24H, IMPERMEÁVEL A LÍQUIDOS E BACTÉRIAS. POSSUI FENESTRA EM FITA MICROPORADA RECOBERTA POR FILME EM POLIURETANO E TIRAS DE FITA MICROPORADA RECOBERTAS POR ADESIVO ACRÍLICO HIPOALERGENICO. CAIXA COM 100 UND. TAMANHO 5X6CM.	CAIXA	40	3,83	153,20
10	CURATIVO ADESIVO DE FILME TRANSPARENTE DE POLIURETANO, APRESENTADO EM ROLO (FITA), COM DIMENSÕES DE 10 CM DE LARGURA POR 10 METROS DE COMPRIMENTO.	UNIDADE	100	117,86	11.786,00
11	CURATIVO DE FIBRAS DE ALGINATO DE CÁLCIO 10 X 10 CM	UNIDADE	500	13,51	6.755,00
12	CURATIVO DE FIBRAS DE ALGINATO DE CÁLCIO 15 X 15 CM	UNIDADE	200	31,96	6.392,00
13	CURATIVO DE POLIURETANO TRANSPARENTE 10 X 12 CM PCT C/ 10	PACOTE	50	4,34	217,00
14	CURATIVO EM FORMA DE GEL AMORFO, TRANSPARENTE E HIDRATANTE, COMPOSTO POR CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA (CMC) E ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO 85G	UNIDADE	300	23,99	7.197,00
15	CURATIVO FILME TRANSPARENTE 5X7CM	UNIDADE	100	1,99	199,00
16	CURATIVO HIDROCOLOIDE 10 X 10 CM PCT C/10	PACOTE	50	12,75	637,50
17	GAZE DE RAYON NÃO ESTÉRIL 10 X 10 CM PCT C/ 50	PACOTE	20	16,60	332,00
TOTAL DO LOTE 12					304.559,70

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS

2.1. Os materiais encontram-se organizados, para fins de identificação e gestão da demanda, nas categorias MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR, CURATIVOS e CORRELATOS, conforme especificações, unidades, quantitativos e valores estimados constantes das tabelas abaixo. O julgamento será realizado por LOTE, preservando-se o parcelamento material do objeto e a ampla competitividade.

2.2. Os quantitativos indicados constituem estimativas para o período de vigência da contratação e não geram obrigação de aquisição integral. As aquisições serão realizadas de forma parcelada, conforme a demanda efetiva das unidades e serviços de saúde, sendo pagos somente os materiais efetivamente fornecidos, recebidos e aceitos.

2.3. O tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte observará os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, inclusive quanto à participação exclusiva nos itens cujo valor estimado se enquadre no limite legal, quando aplicável e desde que não configurada hipótese legal de afastamento devidamente justificada no processo.



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

2.4. Quando legalmente aplicável, a Administração observará a cota reservada e os demais mecanismos de tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, considerando a natureza divisível dos bens e os valores estimados de cada item.

2.5. Eventual afastamento da exclusividade, da cota reservada ou de outro benefício previsto na Lei Complementar nº 123/2006 deverá ser expressamente motivado no processo administrativo, com fundamento nas hipóteses legais aplicáveis e nas condições concretas da contratação.

3. PRAZO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano**, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, nos termos do **art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

3.2. Os preços registrados permanecerão sujeitos às regras de atualização, revisão e demais hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na regulamentação aplicável ao Sistema de Registro de Preços.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação destina-se a assegurar o abastecimento contínuo e adequado de materiais médico-hospitalares, materiais para curativos e correlatos, indispensáveis à execução das ações e serviços públicos de saúde desenvolvidos no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS e ao funcionamento regular da rede municipal de saúde.

4.2. Os materiais são utilizados rotineiramente em consultas, procedimentos ambulatoriais, atendimentos de enfermagem, curativos, administração de medicamentos, coleta de materiais, cuidados básicos de saúde, atendimentos de urgência e emergência e demais atividades desenvolvidas pelas unidades e serviços de saúde do Município.

4.3. A contratação mediante Sistema de Registro de Preços permite aquisições parceladas conforme a demanda efetivamente verificada, contribuindo para a manutenção de estoques adequados, redução do risco de desabastecimento, prevenção de perdas por vencimento e melhor aproveitamento da capacidade de armazenamento das unidades.

4.4. Os quantitativos foram estimados pela Secretaria Municipal de Saúde considerando o histórico de consumo, as demandas das unidades e serviços de saúde, a frequência dos procedimentos realizados, a necessidade de manutenção de estoque mínimo e regulador e a projeção das necessidades para o período de vigência da contratação.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5.2. A solução consiste na aquisição parcelada dos materiais descritos no ITEM 2 deste Termo de Referência, conforme demanda da Administração, observadas as especificações técnicas, padrões de qualidade, normas sanitárias aplicáveis, critérios de recebimento, validade, rastreabilidade, acondicionamento e demais condições estabelecidas neste instrumento.

6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



- 6.1.** A contratada deverá possuir atividade econômica compatível com o comércio ou distribuição dos materiais objeto da contratação e manter, durante toda a execução, as autorizações, registros e licenças legalmente exigíveis para o exercício de suas atividades.
- 6.2.** A contratada deverá possuir Licença ou Alvará Sanitário vigente e, quando legalmente exigível em razão da atividade exercida ou do produto fornecido, Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE expedida pela Anvisa, admitida a comprovação de eventual dispensa ou inexistência prevista na legislação sanitária.
- 6.3.** A contratada deverá manter responsável técnico regularmente habilitado perante o respectivo conselho profissional, quando essa exigência decorrer da legislação aplicável à atividade ou aos produtos fornecidos.
- 6.4.** Os produtos sujeitos à vigilância sanitária deverão possuir registro, notificação, cadastro ou regularização válida perante a Anvisa, conforme a classificação e a legislação aplicável, admitidos os produtos legalmente dispensados de registro mediante comprovação.
- 6.5.** Os materiais deverão ser entregues novos, em embalagens originais, íntegras, invioladas e adequadamente identificadas, contendo, quando aplicável, fabricante, marca, número de registro ou regularização sanitária, lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação.
- 6.6.** Os produtos sujeitos a prazo de validade deverão apresentar, no momento da entrega, validade compatível com o período de utilização e armazenamento pela Administração, preferencialmente não inferior a 12 (doze) meses ou a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total de validade do produto, salvo especificação própria do item ou aceitação expressa e justificada da Administração.
- 6.7.** O armazenamento, acondicionamento, transporte e entrega deverão observar as orientações do fabricante, as boas práticas aplicáveis e as normas sanitárias vigentes, preservando a integridade, segurança, qualidade e rastreabilidade dos produtos.
- 6.8.** É vedada a substituição de marca, modelo, apresentação, dimensão, composição ou outra característica do produto ofertado sem prévia e expressa autorização da Administração, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas e devidamente justificadas.
- 6.9.** A contratada deverá substituir, às suas expensas, materiais avariados, violados, vencidos, recolhidos pelo órgão competente, com validade incompatível, defeituosos ou entregues em desacordo com a Ordem de Fornecimento, com a proposta ou com este Termo de Referência.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA)

- 7.1.** O objeto deverá ser entregue em local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde de Pedro Avelino/RN, constante da respectiva Ordem de Fornecimento, em dias úteis e durante o horário de funcionamento da unidade recebedora, nas quantidades requisitadas.
- 7.2.** O prazo para entrega do objeto licitado é de 5 (cinco) dias úteis, a partir da confirmação do pedido.
- 7.2.1.** Excepcionalmente, em situações devidamente justificadas pela Administração, relacionadas ao atendimento de demandas urgentes da Administração, poderá ser estabelecido prazo de até 3 (três) dias úteis para reposição ou entrega emergencial, hipótese que deverá constar expressamente da Ordem de Fornecimento.
- 7.3.** A Ordem de Fornecimento deverá indicar, no mínimo, a identificação do item, descrição, unidade, quantidade, local de entrega e demais informações necessárias ao correto fornecimento.
- 7.4.** Os materiais que apresentarem desconformidade com as especificações técnicas, quantitativos, qualidade, marca, embalagem, validade ou demais requisitos previstos neste Termo de Referência serão



recusados, devendo a contratada substituí-los, às suas expensas, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, sem qualquer ônus adicional para a contratante.

7.5. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega dos produtos, uma vez verificada a satisfação mediante termo de recebimento definitivo.

7.6. Caso não seja possível o fornecimento na data estipulada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 01 (um) dia de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.7. A contratada se responsabilizará por todas as despesas referentes à acondicionamento, mão de obra, transporte/frete e encargos trabalhistas.

7.8. O não atendimento à determinação de substituição dos bens recusados ou defeituosos, no prazo estabelecido pela Administração, sujeitará a contratada à aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no edital e no instrumento contratual, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

7.9. Em caso de irregularidade não sanada pela contratada, a contratante reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

7.10. Os materiais fornecidos deverão atender integralmente às especificações deste Termo de Referência, às normas técnicas e sanitárias aplicáveis e às exigências dos órgãos competentes, quando houver.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

FISCALIZAÇÃO

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/21, art. 117, caput).

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

8.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

8.7.1. O fiscal técnico verificará, conforme a natureza de cada item, a regularização sanitária perante a Anvisa, lote, validade, integridade, acondicionamento, condições de transporte, quantitativos e conformidade do produto com as especificações deste Termo de Referência e com a proposta aceita.



8.7.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

8.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato comunicará ao fiscal administrativo a necessidade de emissão de notificação para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

8.12. Compete ao Fiscal Administrativo acompanhar os aspectos administrativos da execução contratual, especialmente quanto à conferência da documentação fiscal, regularidade trabalhista e previdenciária, controle dos prazos contratuais, recebimento das notas fiscais, instrução dos processos de pagamento e comunicação ao gestor do contrato sobre qualquer irregularidade que demande providências administrativas;

8.12.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

GESTOR DO CONTRATO

8.13. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

8.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.15. Quando for o caso, o gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.18. Controlar a vigência contratual, acompanhar os saldos quantitativos e financeiros do contrato ou da Ata de Registro de Preços, bem como adotar as providências necessárias para eventual prorrogação, alteração ou encerramento da contratação, quando cabível.



9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento

9.1.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta.

9.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.2.3. o prazo de validade;

9.2.4. a data da emissão;

9.2.5. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.2.6. o período respectivo de execução do contrato;

9.2.7. o valor a pagar; e

9.2.8. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.2.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado



providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.3. Prazo de Pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa exclusiva da CONTRATANTE, o pagamento será efetuado com atualização financeira, calculada de acordo com a taxa SELIC, após 60 (sessenta) dias do vencimento do documento fiscal.

9.4. Forma de Pagamento

9.4.1. O pagamento será efetuado por meio de transferência eletrônica (TEV, TED ou DOC) para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando for o caso.

9.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

a) O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com adoção do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.

10.2. Forma de julgamento da proposta.

a) O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, considerando o caráter divisível do objeto e a possibilidade de adjudicação individual dos materiais, desde que atendidas todas as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

b) A proposta deverá indicar o preço unitário e o preço total de cada item ofertado, observados os quantitativos estimados e o valor máximo aceitável apurado pela Administração.

c) Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços superiores aos valores máximos aceitáveis definidos pela Administração, ressalvada a possibilidade de negociação, ou que não atendam às especificações e demais condições do edital e deste Termo de Referência.

10.3. Forma de fornecimento.

a) O fornecimento do objeto será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento ou documento equivalente expedido pelo órgão competente. A contratada deverá realizar as entregas observando os quantitativos,



especificações, locais e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, respeitando o prazo previsto no **item 7**.

10.4. Aplica-se a margem de preferência conforme descrito a seguir:

- a) Não será aplicada margem de preferência ao objeto, salvo se houver previsão legal ou regulamentar específica vigente e expressamente indicada no edital.
- b) Serão assegurados às microempresas e empresas de pequeno porte os benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto à regularização fiscal e trabalhista e à preferência de contratação em caso de empate ficto.
- c) A aplicação dos benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte observará os valores estimados de cada item e as hipóteses previstas nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, conforme disciplinado no edital.

10.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.6. Habilitação jurídica.

10.6.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.6.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.6.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento.

10.6.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.6.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.6.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.7. Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (Cartão CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

10.7.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.7.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);



10.7.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor;

10.7.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor;

10.7.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.7.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.7.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.7.9. A Administração realizará, antes da contratação, as consultas aos cadastros de sanções e impedimentos legalmente previstos, incluindo, quando aplicável, CEIS, CNEP e demais sistemas oficiais.

10.7.10. O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.8. Qualificação Econômico-Financeira

O licitante vencedor deverá comprovar habilitação econômico-financeira nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, mediante a apresentação de:

10.8.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

10.9. Qualificação Técnica

10.9.1. O licitante vencedor deverá comprovar aptidão para o fornecimento de bens similares, compatíveis em características e complexidade com o objeto ou com o item pertinente, por meio de Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando exigido no edital de forma proporcional à relevância e ao risco da contratação.

10.9.2. O atestado deverá demonstrar experiência anterior compatível com o fornecimento de materiais médico-hospitalares, materiais para curativos, correlatos ou bens de natureza equivalente ao item ou grupo de itens para o qual o licitante esteja sendo habilitado.

10.9.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

10.9.4. Identificação da empresa ou órgão contratante, bem como da empresa contratada, ambas com sua razão social, número do CNPJ e endereço;

10.9.5. Descrição dos fornecimentos realizados;

10.9.6. Período de fornecimento ou execução contratual;

10.9.7. Assinatura do responsável legal.

10.9.8. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.9.9. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato



que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.9.10. Quando os atestados forem emitidos eletronicamente, deverão possibilitar a verificação de sua autenticidade por meio eletrônico ou outro mecanismo idôneo de validação.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. A estimativa da contratação decorre dos quantitativos e valores unitários constantes do Estudo Técnico Preliminar e dos documentos de planejamento que instruem o processo, sem prejuízo da consolidação da pesquisa mercadológica na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. O valor estimado preliminar da contratação é de **R\$ 2.261.557,53 (dois milhões e duzentos e sessenta e um mil e quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos)** dois milhões e duzentos e sessenta e um mil e quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos).

11.3. Os quantitativos e valores estimados não obrigam a Administração à aquisição integral. As aquisições ocorrerão de forma parcelada e conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, sendo pagos somente os materiais efetivamente fornecidos, recebidos e aceitos.

11.4. O julgamento das propostas será realizado pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**, observados os valores máximos aceitáveis definidos pela Administração a partir da pesquisa de preços e os requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.

11.5. Os preços estimados e máximos aceitáveis deverão estar respaldados pela pesquisa de preços e respectiva memória de cálculo, integrantes do processo administrativo, em conformidade com o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.6. O preço contratado ou registrado compreenderá todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento, inclusive tributos, fretes, seguros, encargos e demais despesas incidentes, não sendo admitida cobrança adicional pela entrega no Município de Pedro Avelino/RN.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

12.1. Por tratar-se de licitação para Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária será exigida apenas quando da formalização do contrato, da emissão da nota de empenho ou de outro instrumento hábil decorrente da Ata de Registro de Preços.

12.2. A Ata de Registro de Preços não gera obrigação de contratação, constituindo instrumento de registro de preços e fornecedores, podendo as aquisições ocorrer conforme a necessidade da Administração e a disponibilidade orçamentária.

13. DA GARANTIA E ENTREGA

13.1. Os produtos mencionados neste Termo de Referência deverão possuir garantia legal e, quando aplicável, a garantia do fabricante ou aquela especificamente prevista na descrição do item, sem prejuízo da obrigação de substituição dos produtos entregues em desconformidade.

13.2. As solicitações referentes à troca deverão ser efetuadas pelo designado e/ou pela Fiscalização;

13.3. No caso de empresas sediadas fora do Município de Pedro Avelino – RN, quando esta Administração Pública realizar as devidas solicitações por ordem de fornecimento dos produtos, deverão providenciar a entrega no local indicado na referida ordem, sem nenhum custo adicional;

13.4. O prazo de vigência do contrato será especificado naquele documento, na ausência deste a vigência é de 12 (doze) meses;



13.4.1. No caso de Atas de Registros de Preços, a Ata poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

14. DAS PENALIDADES E SANÇÕES

14.1. O licitante ou a contratada que descumprir, total ou parcialmente, as obrigações assumidas ficará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em seus arts. 90 e 156, observados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

14.2. Constituem infrações administrativas, dentre outras previstas na Lei Federal nº 14.133/2021:

- a) dar causa à inexecução parcial ou total da contratação;
- b) dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) recusar-se injustificadamente a assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato ou instrumento equivalente, ou deixar de entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da contratação;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.3. Conforme a natureza e a gravidade da infração, poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções administrativas:

- a) advertência;
- b) multa, na forma e nos percentuais estabelecidos no edital e no instrumento contratual;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo previsto na Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nas hipóteses e pelo prazo previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

14.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções previstas na legislação vigente, nos termos do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.5. Na aplicação das sanções administrativas serão considerados, entre outros:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos causados à Administração;



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando aplicável, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.6. O atraso injustificado na entrega dos bens, a inexecução total ou parcial da contratação, o fornecimento de produtos em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência ou qualquer outra infração contratual sujeitarão a contratada às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no edital e no instrumento contratual.

14.7. As multas eventualmente aplicadas poderão ser descontadas dos créditos devidos à contratada, da garantia contratual, quando exigida, ou cobradas administrativa ou judicialmente, observada a legislação vigente.

14.8. A aplicação das sanções administrativas não exclui a obrigação da contratada de reparar integralmente os danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros, nem afasta a possibilidade de rescisão da contratação, quando cabível.

14.9. Na hipótese de rejeição dos bens fornecidos por desconformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, a contratada deverá promover sua substituição, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

14.10. Constituem também infrações contratuais o fornecimento de produto sem a regularização sanitária legalmente exigível, vencido ou com validade inferior à exigida, em apresentação diversa da autorizada, transportado ou acondicionado em condições inadequadas, ou em desacordo com as especificações deste Termo de Referência e da proposta aceita.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As disposições relativas à execução contratual, às obrigações das partes, às hipóteses de alteração, extinção, aplicação de sanções, fiscalização, gestão contratual e demais condições não disciplinadas expressamente neste Termo de Referência observarão o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, no edital da licitação, na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual ou equivalente, quando houver.

Pedro Avelino/RN, em 15 de outubro de 2026.

ALESSANDRA MACIEL ALEXANDRE NETO
Secretária Municipal de Saúde



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

ANEXO II
PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/2026
SESSÃO PÚBLICA: ----/----/2026,
ÀS ----H----MIN (----) HORAS.
LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO/RN

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE:

NOME DE FANTASIA:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

INSC. EST.:

OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO ()

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CEP:

E-MAIL:

CIDADE:

TELEFONE:

CONTATO DA LICITANTE:

TELEFONE:

BANCO DA LICITANTE:

CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:

Nº DA AGÊNCIA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.
x	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXX	XXXX

A EMPRESA: **DECLARA QUE:**

1. Estão incluídos no valor ofertado todos os custos diretos e indiretos necessários ao integral fornecimento dos materiais, incluindo embalagem, transporte, frete, carga, descarga, tributos, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto.

2. VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

LOCAL E DATA, __ de _____ de _____

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. NÃO SERÃO ACEITOS PREÇOS ACIMA DOS LIMITES MÁXIMOS FIXADOS. PREÇOS SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU COM INDÍCIOS DE INEXEQUIBILIDADE SERÃO ANALISADOS NOS TERMOS DO EDITAL, COM REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA QUANDO CABÍVEL, NÃO HAVENDO DESCLASSIFICAÇÃO AUTOMÁTICA EXCLUSIVAMENTE EM RAZÃO DO PARÂMETRO INDICATIVO DE 50% DO VALOR ORÇADO.



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/2026

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO/RN
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

_____, PORTADOR DO RG _____, ABAIXO ASSINADO,
NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE,
_____, CNPJ _____, DECLARA EXPRESSAMENTE
QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E
QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA
PELO LICITADOR QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE
TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE
DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR OS SERVIÇOS PREVISTOS.
DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS
SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A
IDONEIDADE DA PROPONENTE NOS TERMOS DA LEI 14.133/2021, E ALTERAÇÕES
SUBSEQUENTES.

_____ EM, ____ DE _____ DE 2026.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO
ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/2026

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., INSCRITO NO CNPJ Nº, POR
INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A),
PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº E CPF Nº.....,
DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO DA LEI 14.133/2021, ACRESCIDO PELA LEI Nº
9.854, DE 27 DE OUTUBRO DE 1999, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS
EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE
DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE
APRENDIZ ()¹.

(REPRESENTANTE LEGAL)

¹ Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA. (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/2026

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), COMO REPRESENTANTE DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO DE (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), PARA FINS DO DISPOSTO NO EDITAL DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2026, **DECLARA**, SOB AS PENAS DA LEI, EM ESPECIAL O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, QUE:

A) A PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2026, FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE (PELO LICITANTE), E O CONTEÚDO DA PROPOSTA NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2026, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

B) A INTENÇÃO DE APRESENTAR A PROPOSTA ELABORADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2026 NÃO FOI INFORMADA, DISCUTIDA OU RECEBIDA DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2026, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

C) QUE NÃO TENTOU, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA, INFLUIR NA DECISÃO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2026 QUANTO A PARTICIPAR OU NÃO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

D) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2026 NÃO SERÁ, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, COMUNICADO OU DISCUTIDO COM QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2026 ANTES DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

E) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2026 NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER INTEGRANTE DO MUNICÍPIO DE PEDRO AVELINO/RN, ANTES DA ABERTURA OFICIAL DAS PROPOSTAS; E

F) QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ LA.

_____, ____ DE _____ DE 2026.

REPRESENTANTE LEGAL



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA
(MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/2026

[NOME DA EMPRESA], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.)], ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006. DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

() **MICROEMPRESA** – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

OBSERVAÇÕES:

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;
- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

ANEXO VII DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/2026

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO/RN
AO PREGOEIRO / EQUIPE DE APOIO

A EMPRESA, INSCRITA NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR....., PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº..... E DO CPF Nº, DECLARA NÃO TER RECEBIDO DO MUNICÍPIO DE PEDRO AVELINO/RN OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

_____ EM, ____ DE _____ DE 2026.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO. (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/2026

A(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ
Nº....., LOCALIZADA À, DECLARA QUE CUMPRE
TODOS OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO
NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO/RN – PREGÃO ELETRÔNICO Nº
XXXX/2026

_____, ____ DE _____ DE 2026.

REPRESENTANTE LEGAL



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NO QUADRO DA EMPRESA DECISÃO Nº 190/2010 – TCE/RN

NOME DA EMPRESA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida à _____, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Município de Pedro Avelino/RN exercendo função técnica, comercial, de gerência, administração ou tomada de decisão em situação incompatível com as vedações legais aplicáveis à contratação pública.
O que declaramos acima é verdade e por isso damos fé.

Local e data, ____/____/____

(assinatura representante legal)

CPF:
RG



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

ANEXO X

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/XXXX

A Prefeitura Municipal de Pedro Avelino, com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, sob o número/202...., cujo objeto é, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º, de de de XXXX, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais médico-hospitalares, materiais para curativos e correlatos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pedro Avelino/RN. Especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº XX/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA:	
CNPJ:	CONTATO:
E-MAIL:	
ENDEREÇO:	
REPRESENTANTE:	CPF:



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VLR UNIT.	VRL TOTAL.
Valor Total					

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Pedro Avelino-RN.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. A ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não



participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, **PODERÁ** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.



5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.



5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS



6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação



com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.



8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade



gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

ANEXO CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

EMPRESA:						
CNPJ:		CONTATO:		E-MAIL:		
ENDEREÇO:						
REPRESENTANTE:				CPF:		
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	QTDE	VLR UNIT.	VRL TOTAL.
Valor Total						

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

EMPRESA:						
CNPJ:		CONTATO:		E-MAIL:		
ENDEREÇO:						
REPRESENTANTE:				CPF:		
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	QTDE	VLR UNIT.	VRL TOTAL.
Valor Total						



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

ANEXO XI

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PEDRO AVELINO/RN E A EMPRESA _____, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES, MATERIAIS PARA CURATIVOS E CORRELATOS, NOS TERMOS DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

O Município de PEDRO AVELINO/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ n. xxxxxxxxxxxx, com endereço na xxxxxxxxxxxx, Centro, PEDRO AVELINO/RN, neste ato representada por sua Prefeita, a Sra. xxxxxxxxxxxx, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a)....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na,____ doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a aquisição parcelada de materiais médico-hospitalares, materiais para curativos e correlatos, decorrente da Ata de Registro de Preços nº ____/2026, contemplando o(s) lote(s), item(ns) e quantitativo(s) efetivamente demandados pela Contratante, conforme especificações do Termo de Referência, proposta da Contratada e Ordens de Fornecimento.

1.1. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	QTDE.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXX	XXXXXXXXXX	XXXX	XXX	XX

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.2. O Termo de Referência;

1.2.3. O Edital da Licitação;

1.2.4. A Proposta do contratado;



1.2.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contado da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstradas a continuidade da necessidade e a vantajosidade para a Administração.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O modelo de execução, a gestão contratual, os prazos e condições de entrega, os critérios de recebimento e aceitação dos materiais constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a transferência ou subcontratação integral do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... ()

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes do fornecimento do objeto, inclusive embalagem, transporte, frete, carga, descarga, tributos, encargos e demais custos necessários ao cumprimento integral da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em XX/XX/XXXX.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do acumulado do período do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre falhas, defeitos, avarias ou incorreções verificadas nos bens fornecidos, para que sejam substituídos ou corrigidos, no total ou em parte, às suas expensas, nos prazos estabelecidos no Termo de Referência.

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado pelos bens efetivamente fornecidos e aceitos, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. As solicitações devem ser feitas por meio eletrônico.



8.11.1. A Administração terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

8.13. As petições de pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro devem ser feitas por meio eletrônico.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Fornecer e entregar os materiais médico-hospitalares, materiais para curativos e correlatos nas condições, quantidades, locais e prazos estabelecidos no Termo de Referência e nas Ordens de Fornecimento.

9.1.2. Responsabilizar-se pela qualidade, conformidade, integridade, acondicionamento, validade e regularidade sanitária dos materiais fornecidos, quando aplicável, bem como pelos danos decorrentes do fornecimento, na forma da legislação e do Termo de Referência.

9.1.3. Comunicar formalmente ao Contratante qualquer ocorrência que possa afetar o prazo, a quantidade ou a qualidade do fornecimento, indicando as providências adotadas.

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Substituir, às suas expensas, os materiais que apresentem vícios, defeitos, avarias, prazo de validade inadequado ou desconformidade com as especificações, no prazo estabelecido no Termo de Referência ou pela fiscalização.

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado

a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;



9.3. O contratado deverá entregar ao setor de protocolo por meio eletrônico, fornecedores/Nota Fiscal para Pagamento, a Nota Fiscal para fins de pagamento, acompanhada do atesto de recebimento e os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.4. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.5. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.7. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.8. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.12. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. Multa:
 - 1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias úteis;
 - i. O atraso superior a 30 dias úteis autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - 2. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.



11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).



11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;



12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da dotação orçamentária indicada no momento da formalização deste contrato, conforme disponibilidade orçamentária e financeira da unidade demandante.

[INSERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA CONTRATAÇÃO ESPECÍFICA]

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Lajes/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.



**PEDRO
AVELINO**
PREFEITURA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO
Praça Pedro Alves Bezerra, 266, Pedro Avelino - RN, 59530-000
CNPJ: 08.294.654/0001-87

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-